



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 05/2024

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos realizou-se na sala do Clube Estrela do Norte, em Famalicão da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada Anabela Delgado Zarro Balau e Maria Helena Rodrigues Vaz. -----

*Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, José Carlos Petisca Pereira, João Pedro Azevedo Pessa, Pedro Miguel Pinto Marques, Ricardo Jorge Batista dos Santos, Ricardo António Maфра Germano Esgaio, Joaquim Alfredo do Carmo Alexandre Macatrão e Ana Maria da Conceição Martins - **eleitos pelo Partido Socialista**; Tânia Gandaio da Silva, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, António Absalão Ova dos Santos, António Manuel Silvério Teixeira, Rui Pedro Marques Venâncio e Edmundo José Couto Barbosa - **eleitos pelo Partido Social Democrata**; Sara Louraço Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho e Jéssica Louraço - **eleitos pela Coligação Democrática Unitária**; Telma Laborinho Ferreira - **eleita pelo Bloco de Esquerda**; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e o Senhor Samuel Azinheira de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----*

***Solicitaram a substituição os Membros:** Jorge Ribeiro (BE); Cândida Coelho (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Vasco Sousa (CDU) Carolina Pires (PS); Lara Maranhão (CDU); Valter Soares (PS); Daniel Meco (PS); Cláudio Peça (CDU); Sofia Boleixa (PSD); Margarida Espadana (PS) Helena Copa (CDU) e Teresa Ferreira (PS).*

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores, Orlando Rodrigues, Regina Piedade, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e António Manuel Caria dos Santos. -----

O Senhor Presidente Manuel Sequeira não esteve presente, sendo substituído pelo senhor vice-Presidente, Orlando Rodrigues. O Senhor Vereador João Delgado, não esteve presente, justificou a sua ausência e foi substituído pelo Senhor António Manuel Caria dos Santos. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para agradecer à Junta de Freguesia de Famalicão pelas condições criadas para a sessão da Assembleia Municipal, ao Clube Recreativo Estrela do Norte de Famalicão a cedência da sala, bem como à Igreja de Famalicão pela cedência das mesas, ao Centro Social da Freguesia de Famalicão pela cedência das cadeiras e projetor. -----

1 – Eleição da 2ª. Secretária da Mesa em substituição de Carolina Pires, sendo proposto o nome de Maria Helena Rodrigues Vaz, que obteve 22 votos a favor e 2 abstenções. ---

2 Foi dada Posse a José Carlos Petisca Pereira, para membro efetivo da Assembleia Municipal, em substituição do membro que solicitou renúncia – João Nunes Vieira. ----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2024 - Apreciação e votação.

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE JULHO DE 2024 - Apreciação e votação.

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

- Tomado conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

1 – Sra. Deputada Tânia Gandaio – Intervenção; -----

- Que, que depois de cumprimentar todos, começou por dizer que iria pedir a certidão da Ata anterior, após aprovação da mesma e tal como referenciou na Comissão Permanente a bancada do PSD continua com o entendimento de que a última mesa que foi constituída na Assembleia Municipal não se encontrava legitimada e que irão solicitar e pedir apoio jurídico nesse sentido e enviar essa Ata para quem de direito para avaliar se a situação se mantém legal ou não! -----

“Quero começar a minha intervenção de hoje congratulando-nos, em primeiro lugar, por estarmos na freguesia de Famalicão, sendo que cumprimento todos os presentes e a todos veem aqui e a partir de casa, e um cumprimento especial à Direção do Clube Estrela do Norte por nos receber. -----

Também não poderia deixar passar a ocasião, para desta forma e em nome da nossa bancada do PSD, Parabenizar e prestar a nossa singela homenagem pública ao "Grupo Desportivo Os Nazarenos" (GDN) pelo seu centenário feito muito recentemente, e agradecer a todos os atletas, pais, sócios, simpatizantes e dirigentes que por lá têm passado, pela sua dedicação, trabalho e feitos alcançados, que tanto orgulham a nossa terra e que esperamos, que continuem, por muitos mais anos a enaltecer a nossa terra assim como os nossos atletas que envergam a camisola alvinegra. -----

Sempre na esperança, também, de que, com mais apoios da autarquia, do nosso tecido empresarial e em conjunto com os sócios e amigos deste grande clube possam cada vez fazer mais e melhor e assim alcançar os feitos que tanto aspiram, pois acredito que matéria prima não falta nesta terra! PARABÉNS NAZARENOS! -----

Após mais uma época balnear, a Nazaré e os nazarenos já começam a rever-se uns aos outros, isto porque os problemas de sempre se mantêm, se não poderemos dizer que se agravaram! -----

Continuamos a verificar um verdadeiro CAOS nestes 2 meses, motivado pela falta de estacionamento para desespero dos turistas e dos munícipes que cá residem, juntando ainda o estado deplorável de inúmeras vias principais desta vila e da constante a falta de água. -----

Há problemas que urgem ser solucionados e melhorados e o Estacionamento ou falta dele é um problema que este executivo não conseguiu resolver e aliás agravou com as alterações ao trânsito que efetuou nomeadamente na Avenida Vieira Guimarães que ao passar apenas para um sentido de trânsito, veio afetar toda a circulação na vila, pondo, em nosso entender, até em causa o rápido acesso dos meios de socorro a quem deles precisa nesta época balnear e não só. -----

São recorrentes a necessidade destes meios recorrerem aos passeios para poder aceder aos locais mais rapidamente, atendendo o estreitamento da via e a falta de corredores de acesso. -----

Outra questão do qual o executivo "fecha os olhos" é para inexistência de mobilidade em várias ruas da vila com a coerciva ocupação da via pública quer por vendedores ambulantes que proliferaram este ano, quer com estruturas fixas e outras amovíveis que praticamente não deixa espaço para os peões passarem. -----

Obras estruturantes para o Concelho, como a construção de mais salas para a escola Secundária, que não posso deixar de salientar, a talho de foice, que ainda na Assembleia municipal de 12 de Dezembro de 2023 o Sr Presidente da Câmara Municipal à data, Walter Chicharro, dizia-nos que o projecto das obras para a ampliação da Escola Amadeu Gaudêncio já estava realizado, anunciando quase como certo para breve a construção de 8 novas salas, a requalificação energética da escola, e cito" que a DGEST havia dado prioridade 2 à obra, sendo que já havia questionado a DGEST e as entidades gestoras do PRR e que o facto de terem dado - prioridade 2, não nos invalidaria de nos candidatar-mos à linha de candidatura desse financiamento - tudo parecia fácil! (vide vídeo 1h20 da Assembleia Municipal) " E afinal as prioridades não eram um impedimento para a viabilização da vinda dos apoios — Afinal o que é que realmente aconteceu, questionamos nós? -----

Recorde-se que, promessas e certezas não faltavam ao anterior presidente que já em 2018, prometia grandes investimentos nesta escola e até a construção de campos de areia para a prática de futebol e andebol! Ou até com o investidor para os campos de Paddle junto das piscinas, que também morreram na praia, após a destruição dos campos de Ténis que existiam num espaço que é agora um deserto! -----

Obras como a finalização do pavilhão de Famalicão, do arranjo da Ladeira do Sítio, a estrada do Farol, o arranjo do Mercado Municipal, ou criação de mais espaços de estacionamento, tardam e outras não avançam sob a justificação de que não existe dinheiro para tal, uma vez que continuamos a ver milhares de euros gastos em eventos mal organizados, como foram novamente as Festas do Sítio, viagens, jantares, e tantas outras coisas que não consideramos prioritárias, ou que na nossa humilde opinião pouco ou nada acrescentam valor ao nosso município. -----

Aliás, gostaríamos de obter um relatório pormenorizado à semelhança do ano transato dos gastos e lucros realizados nas Festas do Sítio. -----

Soubemos, entretanto, que a bancada Estádio do Viveiro e alguns funcionários penso que da Nazaré Qualifica estão em Espanha — nomeadamente em Cádiz -, gostaríamos de saber em que qualidade e porque motivo? Existiu um aluguer? Podemos ter acesso ao contrato? Que Informações nos pode dar sobre este assunto? -----

Gostaríamos também de solicitar ao Conselho de Gerência da Nazaré Qualifica um relatório pormenorizado dos Autos realizados em 2023 até à data, onde conste: O nome do fiscal autuante; do Fiscal autuante; Número total de autos levantados; E qual o tipo de infração; -----

Congratulamo-nos com a abertura hoje da Ponte do Rio da Areia, sabemos que é uma obra importante para os agricultores. -----

Por último, agradecemos o envio dos elementos que foram enviados pelo Dr. João Graça em nome da EM NazareQualifica, no entanto, não podemos deixar de mencionar que lamentarmos de mais uma vez, com todo o respeito pelo nosso colega desta Assembleia, constatarmos que subsiste a situação de existir um deputado municipal com vinculo, neste caso à EM NazareQualifica, e não podemos deixar de levantar a questão sobre a compatibilidade da sua permanência, ou não, neste órgão, atendendo que as funções para as quais somos eleitos e vimos aqui exercer, deveriam exigir a nossa máxima isenção na fiscalização política dos assuntos que aqui são postos a debate! -----

Uma vez que avançamos a passos largos para o fim desta legislatura, acreditamos que a politica tem de começar por melhorarmos a vida de todos os nossos municípios e não continuarmos nesta politica de promessas e favores políticos para alguns! Fica a reflexão... Muito obrigado”. -----

2 – Sr. Deputado Pedro Marques – Declaração Política

“Muito obrigado, Senhor Presidente,

Em primeiro lugar permita-me em nome da bancada do Partido Socialista e certamente com a concordância de todos os presentes, manifestar a nossa consternação com os trágicos incêndios que se registaram na semana passada no norte do país e que causaram não só mais de 120 mil hectares de área ardida, mas também e de superior relevância as 5 vítimas mortais, entre as quais operacionais da proteção civil. -----

O Concelho da Nazaré tem uma mancha verde considerável e é fundamental garantirmos que fenómenos como este, infelizmente cada vez mais comuns, não terão oportunidade de aqui acontecer. -----

Em segundo lugar, lamentar a falta de resposta e não comparência dos responsáveis pela Associação de Municípios de Vale do Tejo nesta sessão, com o objetivo de apresentarem a este órgão a sua visão e ponto de situação relativamente ao processo do edificio da Colónia Balnear. O Partido Socialista não vai desistir de chamar à responsabilidade aqueles que devem respostas a este Concelho. -----

Aproveito agora para deixar como ponto prévio à minha intervenção uma declaração de interesses. -----

Desde outubro de 2021, altura em que fui eleito deputado nesta Assembleia e simultaneamente secretário do executivo da Freguesia de Famalicão, tenho procurado o recato relativamente a assuntos desta Freguesia tratados neste órgão. -----

No entanto, porque aqui estamos, porque entendo que como deputado eleito independentemente das funções que acumulo e que legalmente me são permitidas, devo expressar a minha opinião de forma livre, porque ao longo dos últimos anos, para não dizer décadas, pouco se discute sobre esta Freguesia, permitam-me partilhar convosco uma reflexão pessoal, e reforço, pessoal. -----

A Freguesia de Famalicão é efetivamente uma freguesia de pequena dimensão. No entanto, os diferentes lugares que a compõem, desde os Raposos ao Salgado, da Macarca ao Porto da Nazaré permitem que seja uma freguesia com potencial em diversas áreas. E por muito curioso que seja, praticamente todas as elas por explorar, por desenvolver e/ou por dignificar. -----

*A minha idade não me permite analisar com um grande distanciamento, mas tenho a capacidade de perceber por experiência que nos últimos 20 anos esta população **não ganhou muita coisa**. Dirão uns que por um lado ganhou, de acordo, direi eu que por outro lado também perdeu. -----*

Se quando eu tinha a idade do meu afilhado (6 anos), umas das muitas crianças que residem nesta Freguesia, tinha a possibilidade de jogar à bola no antigo ringue aberto à população, hoje apesar de coberto e inacabado o pavilhão encontra-se, como nos últimos quase 20 anos, encerrado e sem condições para a prática desportiva. Dir-me-ão: “podem as crianças jogar à bola no minicampo como fazem as crianças da Nazaré ou do Valado dos Frades?” Deveriam poder, mas não existe. -----

Mas é verdade, hoje temos efetivamente um Centro Escolar digno, uma obra que repôs a igualdade para com as restantes crianças do concelho, só que com 10 anos de atraso em relação aos equipamentos da Nazaré e do Valado dos Frades. Ainda assim, são ainda as crianças de Famalicão que têm de se deslocar às piscinas dos outros centros escolares, ou para as restantes freguesias aquando do ATL das férias de verão. -----

E como disse há pouco, se por um lado ganhámos a oportunidade de termos uma educação digna no atual estabelecimento de ensino, perdemos a possibilidade de jogar ténis ou basquetebol nos campos que lá existiam e que nunca foram repostos. -----

Pessoalmente não conheço ninguém em Famalicão que ande de skate, mas também se o quiser fazer terá de se deslocar ao skate park da Nazaré ou do Valado dos Frades porque em Famalicão também não é possível. -----

E isto vai ao encontro de uma perspetiva pessoal de que a falta de equipamentos não potencia a prática desportiva e a conseqüente dinamização do associativismo local. ----

Mas estes são apenas alguns exemplos, aos quais se podiam somar o facto de se ter inaugurado em janeiro de 2020 o monumento de homenagem aos antigos combatentes no Valado dos Frades, em setembro de 2023 se ter inaugurado a estátua da Mulher Nazarena na Nazaré (obras custeadas pelo Município), e se aguardar há anos a disponibilidade financeira para a construção do monumento de homenagem aos antigos combatentes em Famalicão; Ou ainda o facto de a freguesia ter uma grande parte da sua área sem saneamento básico; -----

Ou o facto de o PDM causar constrangimentos de desenvolvimento na Freguesia, em especial no lugar dos Raposos; -----

Ou o facto de este edificio, como outras sedes associativas em Famalicão, na Nazaré ou no Valado não terem licença de utilização e não se vislumbrar apoio dedicado a resolver estas situações. E o assunto não é de hoje, é de há 10, 15 ou 20 anos. -----

Enfim, são várias as considerações que têm vindo a deixar Famalicão para trás ao longo das últimas décadas. E não pretendo com isto transmitir nenhuma novidade ao atual executivo, porque foram já várias as reuniões e discussões intensas em que tenho a oportunidade de colocar estes temas em cima da mesa. Mas sim sensibilizar todos os que fazem parte deste órgão para uma questão que na minha opinião é cultural e que ano após ano tem permitido que Famalicão não se desenvolva como seria expectável. -----

*Afinal, a Freguesia de Famalicão tem: **Indústria**, mas precisa de condições para crescer; **Praias**, mas precisa de condições de acesso e de estacionamento; **Pontos turísticos e património**, mas precisa de desenvolvimento; **Interesse imobiliário**, mas precisa de infraestruturas; Uma **educação de excelência** desde a creche ao ensino básico, onde inúmeras famílias preferem deslocar-se a Famalicão para na sua perspetiva assegurar as melhores condições de ensino dos seus filhos, mas precisamos de condições para fixar as pessoas; **Apoio às pessoas idosas**, mas precisa de mais iniciativas e apoios ao desenvolvimento de projetos como o que aqui vem hoje a discussão e deliberação. -----*

Já tive oportunidade de comentar várias vezes e é raro haver uma reunião de câmara que não tenha um processo de licenciamento de construção/habitação/urbanização para a Freguesia de Famalicão. Processos que se convertem em taxas e impostos diretos para a Câmara Municipal. É impensável que essas taxas e impostos não se convertam em soluções para aqueles que não dispõem de saneamento básico, ou que têm de levar o carro à valeta para passar do Casal Mota para a Serra da Pescaria quando ali adquirem uma casa que pode facilmente atingir valores de IMT na ordem dos 30.000€. -----

Podem, por vezes, entender que as comparações que utilizei aqui, e que frequentemente menciono fora deste órgão, entre a Freguesia de Famalicão e as demais, não sejam a causa direta das numerosas carências nesta freguesia. No entanto, essas comparações são, sem dúvida, sintomas da falta de equidade no tratamento recebido, uma situação

que persiste, pelo menos, desde o início deste século e que, mandato após mandato, se torna cada vez mais difícil de reverter. -----

Como se terão apercebido, não referi propositadamente qualquer partido político. Não pretendo responsabilizar ninguém por tudo aquilo que aqui disse. Há questões que na minha opinião não são partidárias, são morais. Dispo-me de qualquer função de líder de bancada ou de secretário na junta para poder exprimir, enquanto deputado eleito a minha opinião pessoal de quem passou grande parte da sua infância e juventude na terra que os meus avós paternos escolheram para viver e à qual a minha família está profundamente ligada. -----

Espero sinceramente que o meu afilhado e a sua geração experimentem uma Freguesia bem diferente daquela que hoje existe. Muito obrigado. Assembleia Municipal da Nazaré, 24 de setembro de 2024". -----

3 – Sra. Deputada Telma Ferreira – “Saudação – 45 anos do Serviço Nacional de Saúde” -----

“Foi em 1979, a 15 de setembro, que pelo Ministro António Arnaut, com base no artigo 64º da Constituição da República, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei n.º 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada. -----

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: "tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior. Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infecciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian. -----

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: "incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS" (art.º 64 n.º, 3 d). -----

Mas a Lei de Bases da Saúde n.º 48/90 do governo PSD trocou tudo: "o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde ... em concorrência com o sector público" (Base 37 n.º. 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo "negócio privado da doença". Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do sector. E aos médicos, enfermeiros e

outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras e salários motivadores. -----

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial. Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei n.º 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos, podendo de forma supletiva e temporária ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, em caso de necessidade fundamentada. -----

A Assembleia Municipal da Nazaré reunida em sessão ordinária a 24 de setembro de 2024, delibera: -----

- Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;*
- Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;* -----
- Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019). Telma Ferreira, representante do BE".* -----
- Aprovado por unanimidade.* -----

4 – Sra. Deputada Jéssica Reis – Intervenção – Voto de Pesar “Pelas vítimas dos recentes Incêndios Florestais em Portugal” -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré manifesta, com profunda consternação, o seu mais sentido pesar pelas trágicas perdas humanas e pelos incontáveis danos causados pelos recentes incêndios rurais e florestais que assolaram diversas regiões do nosso país. As chamas, além de devastarem vastas áreas do nosso património natural e florestal, ceifaram vidas de homens e mulheres, incluindo Bombeiros e civis, que, corajosa e incansavelmente, lutaram contra esta calamidade. A dor destas perdas é sentida de forma transversal em todo o território nacional, e esta Assembleia não pode deixar de se solidarizar com as famílias enlutadas, as comunidades afetadas e todos aqueles que, direta ou indiretamente, sofreram as consequências desta tragédia. Os incêndios florestais são uma ameaça recorrente no nosso país, mas a gravidade dos recentes acontecimentos evidencia, uma vez mais, a necessidade urgente de uma ação concertada e eficaz na prevenção e combate aos fogos, bem como no apoio às populações e à recuperação das áreas devastadas. Neste momento de luto, expressamos a nossa mais profunda solidariedade para com todos os que perderam os seus entes queridos e bens, e reafirmamos o nosso reconhecimento e gratidão para com os Bombeiros e restantes combatentes nacionais e estrangeiros, forças de segurança e populares voluntários que, com bravura, arriscaram a sua vida para proteger o nosso território. Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário a 24 de setembro de 2024, delibera: 1 - Aprovar este sentido voto de pesar. 2 - Que o mesmo seja

remetido às famílias das vítimas e, através da Liga dos Bombeiros Portugueses a todas as corporações de Bombeiros envolvidas no combate às chamas, e, ainda, ao Governo da República. 3 - Que o plenário da assembleia faça um minuto de silêncio em memória das vítimas das recentes tragédias em Portugal. Famalicão, Nazaré, 24 de setembro de 2024 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

– Aprovado por unanimidade. -----

5 – Sra. Deputada Sara Vidal – Intervenção: -----

- Que a bancada da CDU também se junta aos agradecimentos e às felicitações por se encontrarem ali naquele espaço, para a sessão da Assembleia Municipal. -----

1 - Declaração Política - Piorar a Nazaré é difícil..., mas parece não lhes ser impossível.

“Neste Verão, a vida na Nazaré foi, mais uma vez, caótica. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, não ficarão calados perante a inação, as promessas não cumpridas e a má gestão evidenciadas pelo PS. As populações do concelho merecem muito mais! -----

O que assistimos foi novamente originado pela falta de planeamento turístico que é uma bomba-relógio para o futuro sustentável do concelho. O Verão trouxe-nos uma enchente de turistas, como esperado, mas onde estavam as soluções prometidas? O caos no trânsito, a saturação dos serviços públicos e a especulação são a consequência das opções políticas de quem governa, visto que insistem em promover um modelo económico que favorece os grandes interesses, esquecendo os pequenos comerciantes, os trabalhadores e os residentes que veem a terra onde sempre viveram transformada num autêntico parque de diversões. Com estas políticas, estamos muito próximo de destruir o que nos torna, há mais de um século e meio, únicos e diferentes. -----

Com este cenário, as infraestruturas locais estão à beira do colapso, e isso não é novidade para ninguém. A pressão excessiva nas redes de distribuição de água e no saneamento básico, bem como a ausência de renovação de equipamentos públicos são reflexos de anos de promessas vãs. As ruas esburacadas, os sistemas de transporte ineficazes e a falta de zonas pedonais acessíveis são o retrato de uma gestão desastrosa. Os últimos executivos do PS falharam redondamente ao não garantir um investimento sustentado e planeado. Não vamos permitir que o concelho se afunde mais nesta manipulação propagandística. Exigimos mudança de políticas e não apenas de rostos ou cadeiras. -----

O concelho da Nazaré sempre foi conhecido pelas suas belezas naturais, e pelas características das suas gentes. Não obstante, o desrespeito pela preservação do nosso património ambiental tem vindo a aumentar. A falta de controlo sobre a produção de

resíduos, o estímulo à poluição visual e sonora e a ausência de políticas verdadeiramente ambientais são, a todos os níveis, de lamentar. Reforçamos a necessidade urgente de proteção e classificação do nosso promontório e sua envolvente, dado o avançado estado de degradação que se verifica e que nos deve envergonhar a todos. O verdadeiro desenvolvimento só é atingido quando se compagina as suas 3 vertentes — social, económica e ambiental. Com o que temos assistido, corremos o risco de perder definitivamente o que a natureza tão generosamente nos ofereceu. -----

Hoje vive-se numa Nazaré sem alma e com a identidade adulterada. As festividades, manifestações populares e os eventos culturais estão a ser esvaziados do seu verdadeiro significado. O que deveria ser uma celebração da nossa cultura transforma-se num espetáculo artificial para agradar aos turistas, para as tais elites, mas sem respeito pelo que fomos e sem vislumbre algum sobre o que queremos efetivamente ser! A CDU não aceitará a artificialização e a mercantilização da nossa cultura. Só com os produtores culturais, com as associações do sector e com um reforçado do investimento municipal na Cultura poderemos sair do lamaçal que nos encontramos também nesta vertente. ---

A crise habitacional que afeta a Nazaré está a expulsar os nazarenos e é uma realidade inegável e inaceitável. A especulação imobiliária está a transformá-la num território inóspito para os seus próprios habitantes, expulsando várias famílias do próprio concelho. Os executivos do PS têm ignorado este problema, permitindo que grandes investidores imobiliários continuem a aprofundar este processo de descaracterização fazendo o município refém desses interesses. Exigimos que se implementem de imediato políticas sérias que garantam o acesso à habitação para quem cá vive e trabalha. ----

Basta de promessas vazias sobre a acessibilidade na Nazaré! As dificuldades ----- enfrentadas pelas pessoas com mobilidade reduzida e pelos idosos são gritantes. Exigimos um verdadeiro plano de mobilidade inclusiva, que assegure o direito de todos os cidadãos a circularem pela sua vila de forma livre e digna. -----

Este Verão deixou claro que a Nazaré precisa de uma mudança profunda e urgente na sua governação. Não nos podemos calar perante tantas e tão grandes falhas. Não podemos aceitar que se continue a governar a Nazaré como se fosse um palco para interesses externos, que não os interesses legítimos das populações. -----

Continuaremos a lutar na Assembleia Municipal, no órgão executivo e nas ruas da Nazaré, ao lado dos munícipes, para garantir todos sejam tratados com o respeito e a dignidade que merecem. Lutaremos por uma vila justa, inclusiva e sustentável, onde todos tenham direito a viver com qualidade e onde os seus direitos sejam devidamente respeitados. Famalicão, Nazaré, 24 de setembro de 2024, Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré. -----

2 - Proposta: “Comissão de Acompanhamento das Obras Municipais”. -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e votação a seguinte proposta: -----

Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária (CDU) vêm, por este meio, e ao abrigo da Lei e do Regimento deste órgão, propor a criação de uma Comissão de Acompanhamento das Obras Públicas Municipais, com os seguintes fundamentos e objetivos: -----

Fundamentação: -----

- 1. Importância das Obras Públicas para o Desenvolvimento Local: as obras públicas desempenham um papel crucial no desenvolvimento das infraestruturas locais, na melhoria da qualidade de vida dos munícipes e na promoção da atividade económica do concelho. Obras como a requalificação de espaços públicos, a construção de novas escolas, centros de saúde e estradas, entre outras, são fundamentais para o progresso da Nazaré. -----*
- 2. Necessidade de Transparência e Fiscalização: A gestão eficiente e transparente dos processos de contratação, execução e finalização das obras públicas é essencial para garantir o uso responsável dos recursos públicos. A criação de uma comissão específica permitirá o acompanhamento rigoroso e contínuo destas obras, garantindo que as mesmas sejam concluídas no prazo previsto, com a qualidade esperada e dentro dos custos orçamentados. -----*
- 3. Promoção da Participação Cidadã e Responsabilização: O acompanhamento das obras públicas por uma comissão permitirá uma maior abertura e diálogo entre o executivo municipal, os munícipes e os seus representantes. Esta comissão poderá envolver a comunidade, recolhendo sugestões, identificando problemas ou atrasos, e garantindo que os interesses dos cidadãos sejam prioritários. -----*

Objetivos da Comissão:

- 1. Monitorizar o andamento das obras públicas em curso ou a iniciar no concelho da Nazaré, assegurando o cumprimento dos prazos, orçamentos e especificações técnicas previamente estabelecidos. -----*
- 2. Avaliar e reportar à Assembleia Municipal o estado das obras, com relatórios periódicos sobre o seu progresso, eventuais desvios de orçamento ou prazo, e sugestões de melhorias ou correções. -----*
- 3. Fiscalizar os processos de contratação pública, analisando os contratos de adjudicação de obras públicas, bem como a conformidade com os regulamentos municipais, nacionais e europeus. -----*

4. *Promover a participação dos cidadãos na fiscalização das obras, possibilitando a recolha de sugestões e preocupações dos munícipes sobre as intervenções realizadas no espaço público.* -----

Composição da Comissão: -----

A Comissão de Acompanhamento das Obras Públicas Municipais deverá ser composta por -----

- *Representantes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal, garantindo a representatividade de todas as forças políticas.* -----
- *Representantes da Câmara Municipal, incluindo técnicos especializados nas áreas de engenharia civil, planeamento urbano e finanças municipais.* ---
- *Representantes da comunidade local, com participação de membros da sociedade civil ou associações representativas, como associações de moradores ou associações de desenvolvimento local.* -----
- *Outros especialistas ou convidados, de acordo com a natureza das obras em curso, como arquitetos ou consultores externos, quando relevante.*

Funcionamento da Comissão: -----

1. *A comissão reunir-se-á regularmente, com uma periodicidade a definir (por exemplo, mensalmente ou bimestralmente), para discutir o estado das obras em curso e preparar relatórios a serem apresentados à Assembleia Municipal.* -----
2. *Serão elaborados relatórios periódicos com o estado de cada obra, identificando problemas ou atrasos e propondo soluções concretas para os mesmos.* -----
3. *A comissão poderá promover sessões públicas ou fóruns de discussão com os munícipes sobre obras de especial relevância, com o objetivo de promover a transparência e o diálogo direto com a população.* -----

Benefícios da Comissão: -----

1. *Maior controlo sobre os investimentos municipais e o cumprimento de prazos e orçamentos, garantindo a eficiência na execução das obras públicas.*
2. *Reforço da transparência e da confiança dos cidadãos nas decisões tomadas pela autarquia evitando situações de desconhecimento, ou falta de clareza nos projetos em execução.* -----

3. *Promoção de uma maior participação cívica, envolvendo diretamente a comunidade no processo de fiscalização e acompanhamento das obras que têm impacto direto nas suas vidas.* -----

Conclusão: -----

Considerando a importância das obras públicas para o desenvolvimento do concelho da Nazaré e a necessidade de assegurar a sua correta execução e fiscalização, a CDU propõe ao plenário da Assembleia Municipal: -----

1. *A aprovação da criação imediata da Comissão de Acompanhamento das Obras Públicas Municipais, com os objetivos e funções acima descritos e, ou, outros que possam ser depois aprovados pela comissão;* -----
2. *Posterior envio dirigido à mesa da AMN do nome do representante de cada força política na comissão;* -----
3. *Envio pela Mesa da AMN da informação da criação desta Comissão aos chefes de divisão da Câmara Municipal da Nazaré, com o pedido da sua indicação do representante de cada divisão na comissão.* -----
4. *Marcação da primeira reunião desta comissão, a ser feita pelo presidente da mesa da AMN, até final do mês de novembro.* -----

Esta proposta visa garantir maior transparência, eficiência e participação dos cidadãos nos processos de obras públicas, contribuindo para o desenvolvimento equilibrado e sustentável da Nazaré. -----

Solicitamos a vossa aprovação e contamos com o apoio de todos os grupos municipais para que esta comissão possa ser implementada o mais brevemente possível. Famalicão, Nazaré, 24 de setembro de 2024”. -----

Aprovada por unanimidade. -----

6 – Entrega de requerimento à Mesa – CDU. -----

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vem requerer à Mesa que providencie junto do órgão executivo municipal e dos responsáveis pelo património gerido pela autarquia, as respostas ao seguinte requerimento: -----

Na qualidade de membros do órgão fiscalizador, vimos, pelo presente, solicitar informações relativas à atual condição de estabilidade estrutural do Forte de S.

Miguel Arcanjo, no Sítio da Nazaré, e às medidas que estão a ser ou que planeiam ser tomadas no sentido de garantir a preservação da integridade física do espaço, particularmente face ao crescente número de visitantes que o local tem recebido nos últimos anos, decorrente da popularização turística do local (também conhecida como "turismo de massas"). -----

É do nosso conhecimento que o elevado fluxo de turistas que ali acorrem, na expectativa de verem as ondas gigantes, pode causar uma pressão adicional sobre o edifício, e por isso vimos solicitar: -----

1. Avaliação estrutural: Informação sobre a realização de avaliações ou inspeções recentes que verifiquem a estabilidade e segurança da estrutura do Forte, incluindo o impacto causado pelo aumento de visitantes. -----

2. Medidas preventivas: Esclarecimento sobre eventuais ações ou medidas preventivas implementadas ou em fase de estudo, no sentido de mitigar eventuais riscos estruturais e garantir a segurança de visitantes e do património. -----

3. Limitações ao número de visitantes: Informação sobre a possibilidade de implementação de limites diários de visitantes ou outros mecanismos de controlo, a fim de reduzir a pressão sobre o espaço e assegurar a sua conservação a longo prazo. -----

4. Intervenções de manutenção: Detalhes sobre quaisquer intervenções recentes ou previstas que visem a preservação do Forte e a melhoria das condições para receber visitantes, sem comprometer a sua integridade física. ---

1. Garantias de cumprimento do contrato: sendo que existe um contrato que contém obrigações de manutenção e de estabilidade da infra-estrutura do Forte da responsabilidade da câmara municipal, importa que nos esclareçam também quais foram os investimentos já ali efetuados e os valores de tais obras, ao abrigo do dito contrato. -----

Dada a importância histórica e cultural do Forte de S. Miguel Arcanjo para a Nazaré, a região e o país, consideramos vital garantir que este património seja devidamente preservado, sem comprometer a sua estrutura devido ao elevado número de turistas. -----

Ficamos a aguardar uma resposta dentro dos prazos legais aplicáveis e agradecemos, desde já, a atenção dispensada a este assunto. Com os melhores cumprimentos, Famalicão, Nazaré, 24 de setembro de 2024, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos: cumprimentou todos e disse que, a bancada do Estádio do

Viveiro foi alugada, começando a ser possível rentabilizar aquela infraestrutura. Que, existe um lugar a empréstimo da cedência da bancada do Estádio onde será feito um contrato que será sempre público e que virá à Assembleia para tomada de conhecimento. -----

- Que, sobre as festas do Sítio, disse que, apresentaram em reunião de Câmara, um esboço, de um relatório, e que virá na próxima sessão, mas primeiro a reunião de Câmara, um relatório completo, daquilo que foi “o deve e o haver” das festas. Sobre a questão das salas de aula da Amadeu Gaudêncio, referenciou que o facto de a escola estar sobrelotada, que terá a haver com trabalho desenvolvido pelo executivo. Que, nunca se pode esquecer, que o ensino secundário público, será algo que aconteceu com o executivo PS, com a colaboração de todos os agentes educativos. Que, relativamente à postura do Pedro Marques, disse que, acabam por concordar, porque existe muita coisa que ainda precisam fazer e não só na Freguesia de Famalicão, mas em todas elas, ajudando a desenvolver as populações. Que, não admite que o Centro Escolar de Famalicão, não tenha um Pavilhão, em funcionamento. Que, também, não existe nenhum edifício de nenhuma coletividade, que não tenha problemas estruturais, de licenciamento, mas que será algo que estará a ser trabalhado, dando o exemplo daquilo que se encontra a ser feito na Associação Recreativa Pederneirense, de forma a se legalizar aquele espaço. -----

*- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, que depois de cumprimentar todas e todos, prestou esclarecimentos: no que diz respeito às considerações feitas sobre mobilidade e trânsito que no final do verão irá fazer um relatório se encontrarão todas as intervenções e previstas todas as reuniões tidas com a Comissão de trânsito, com a Proteção Civil, com a PSP com a GNR e tudo o que fazem no âmbito do Planeamento e mobilidade. Que, já por diversas vezes em reunião de Câmara, transmitiu as reuniões que teve com alguns particulares, no sentido de cedência de espaço, para criação, de estacionamento. Que em relação aos estacionamentos, já e encontram a dirimir com os técnicos da Câmara para começarem a ter a contagem e informação da disponibilidade de estacionamento às entradas da Freguesia da Nazaré, por existirem constrangimentos de trânsito. Relativamente à ocupação de espaço público, no verão, em consonância com a PSP, e a fiscalização da Câmara, no sentido de alertar ao cumprimento integral do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e o da Venda Ambulante. Que, todos os prevaricadores que não respeitam o Regulamento em vigor, e que são notificados para a remoção de esplanadas indevidas, ou afins, têm tido o cuidado de reportar ao Ministério Público, porque se encontra subjacente uma desobediência. -----*

- Que, em relação ao saneamento e o que são os serviços básicos de fornecimento, referenciou o esforço por parte dos Serviços Municipalizados no que diz respeito à substituição das condutas, de saneamento e ramais de água e enalteceu os

funcionários. Que, as falhas de água, referenciadas, disse que, foram pontualmente, duas, e em que ambas as situações foram reportadas e imediatamente sanadas pelos serviços, não voltando a acontecer. Que, se encontram a dar ajo à construção de um reservatório que trará melhores resultados daquilo que são as carências e as necessidades de abastecimento, sendo o presente executivo a dar solução. -----

- Sobre o mercado, disse que, também já se encontra prevista, uma intervenção pela parte lateral, estando a tentar perceber junto com os serviços, quando o poderão fazer, referindo que será uma intervenção gradual. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga**, que depois de cumprimentar todos, prestou alguns esclarecimentos: respondendo à Senhora Deputada Tânia Gandaio, disse que, o Conselho de Gerência da Nazaré Qualifica será composto por três elementos: ele, como Presidente, o Dr. João Graça e a Senhora Vereadora Regina Piedade, como vogais, querendo acreditar que o agradecimento do envio de toda a documentação, será extensível a todo esse Conselho de Gerência e não apenas, ao Dr. João Graça. -----

- Sobre a questão do aluguer do Estádio do Viveiro, disse que, efetivamente o aluguer do Estádio foi executado à Empresa Pro Beach Soccer, em que o local de montagem será em Cádiz, ficando a mesma responsável pelo transporte do Estádio da Nazaré para Cádiz e de Cádiz para a Nazaré, com a alimentação e alojamento dos funcionários, aluguer de dois empilhadores, contratação de segurança, e que no final, terá de pagar à Nazaré Qualifica, vinte e cinco mil euros. Que irá fazer chegar o contrato, que foi assinado entre as duas entidades, não só à bancada do PSD, mas a todas as bancadas e se houver necessidade de mais esclarecimentos, estarão disponíveis. Relativamente à questão sobre se existem elementos da Assembleia que serão funcionários da Nazaré Qualifica, será importante referir, que num passado bem recente, que a bancada do PSD na Assembleia Municipal, era liderada, por um funcionário do Município e que isso nunca foi uma questão, para o PSD, senão hoje! -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer, que os mecanismos que se encontram na posse do PSD, serão os mesmos que o PS teve. Que, a bancada do PSD vai tomar a iniciativa de fiscalizar, simplesmente por honestidade política. Aproveitou para perguntar se existiu alguma novidade em relação ao Promontório? -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Solicitou intervenção:** -----

1 – A Sra. Marlene Perlucho da Silva Almeida, com o assunto “Situação do PDM”; ---

- Colocou uma questão ...”. Há alguma ideia sobre se o PDM vai passar na Quinta Nova?” -----

2 – A Sra. Filipa Santana, com o assunto “Ordenamento do Território”; -----

“A questão que dirijo a esta mesa da Assembleia, é como habitante e não como Presidente de Assembleia de Freguesia, é sobre o plano de ornamento do território, na localidade da Serra da Pescaria, e sobre o Plano Pormenor aplicado no mesmo lugar.

Há várias situações que no decorrer dos últimos anos tem acontecido na Serra, um lugar com um crescimento nos últimos 15 anos, a construção desenfreada e as injustiças cada vez mais notórias.

Sendo habitante deste lugar há mais de 30 anos, a localização das casas viradas a mar, tinham que ser contruídas na parte inferior dos terrenos, a altura das habitações, ainda tinham regras, não podendo e no meu entender, muito bem, tirar a maravilhosa vista que nos dias de hoje, está a ser "roubada" por futuros habitantes que só buscam a vista deslumbrante, mas que emocionalmente esta terra lhes diz pouco. Fico profundamente triste a ver a desigualdade a manifestar-se todos os dias na terra que me viu crescer, notando prédios de vários andares em construção.

Noto ainda, e com o crescimento do desenvolvimento, a falta de infraestruturas, de acessos, de passeios e de saneamento.

A estrada que liga o Casal Mota à Serra da Pescaria, confere um perigo para os seus usuários, tanto veículos automóveis, como pedestres, visto que não confere bermas, nem passeios, dificultando o cruzamento de veículos bem como a perigosidade de caminhar ou praticar desporto na mais bonita paisagem.

Termino, pedindo que possam intervir para que não se perca a natureza de um recanto tão bonito deste concelho. Atenciosamente, Filipa Santana”. -----

3 – A Sra. Alona Pits, com o assunto “Saneamento no Rebolo”; -----

Fez a sua inscrição, mas retirou-se da sessão. -----

4 – O Senhor José da Silva Eleutério, com o assunto “Caminho das encostas”. -----

- Fez referência a que na Serra da Pescaria, têm os caminhos rurais impedidos do lado do mar, de passar, inclusive com um trator. Que, continuam a destruir os caminhos, agora do lado de terra, e ninguém, conseguirá no futuro, passar! Que, nem os carros dos bombeiros, conseguem passar. Solicitou que, sejam tomadas providências no sentido de se arranjar uma solução. -----

5 – O Senhor Joaquim José Fernandes Barata: Saneamento do Rebolo

- Quis alertar para o problema existente na zona do rebolo, onde reside, problema ambiental muito grave. Que, existem treze vivendas que têm uma mini Etar, que irá esgotar a água para uma linha de água que fica junto dessas casas. Quis frisar, que o Rebolo, já será uma zona, habitada por pessoas, de outros países, de outras

nacionalidades. *Que se dá uma imagem negativa, por causa dessa situação, imagem negativa da Freguesia, do Concelho e até do próprio País. Que, será uma das entradas da Freguesia e do Concelho, sendo um cartão de visita para a localidade. Que, também salientou, que será transversal a toda a Freguesia, o problema de saneamento. -----*

6 – Senhora Rosa Coelho: Saneamento/Estrada do Sítio

- Fez referência, que também vive no Rebolo e que subscreve o que o senhor Barata disse sobre o saneamento. Que, o Rebolo, tem sido negligenciado, assim como a maior parte das localidades da Nazaré. Que, existe um problema de saneamento, que será triste ver o estado em que as estradas se encontram, assim como, em relação à limpeza, que também não existe! Que, a área onde se encontra o lixo, precisa de sinalização, porque as pessoas poem o lixo para o chão, inclusivamente veem camionetas com os desperdícios das construções, despejando o lixo, por exemplo, na área da fontenária, e que gostaria que fizessem um sinal, com uma chamada de atenção. Questionou, o que se passa, em relação ao Centro de Saúde, nomeadamente sobre os médicos, porque têm um Centro aberto onde nada se passa. Que, as estradas se encontram numa lástima! -----

7 – Fábrica Paróquia Nossa Senhora da Vitória: Obras da Igreja -----

- Começou por agradecer ao Município os apoios dados à recente festa da Paróquia da Padroeira, em agosto, e quis alertar para o facto de que há mais de cinco anos, a Câmara Municipal em colaboração com a Paróquia, disponibilizou-se em ajudar a fazer o projeto de paisagismo do exterior para as obras da Igreja. Que, já tiveram algumas reuniões com o executivo, em que a última foi no dia 17 de janeiro, em que foi pedida uma retificação ao projeto de paisagismo, e também a viabilidade para o projeto da drenagem do exterior do edifício que envolvia também espaços públicos como as vias circundantes. Que, questionam em que estado estavam tanto a parte da reformulação do projeto de paisagismo como da viabilidade do projeto de drenagem do exterior. Que, o edifício encontra-se bastante degradado, precisando de obras e que têm feito algumas iniciativas para angariação de fundos, começando pelas festas da Padroeira, e que as mesmas serão urgentes, colocando em risco algumas pessoas de mobilidade reduzida, e de idade avançada que devido aos buracos que já se fazem sentir, no pavimento, estarão em riscos.

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos: agradeceu a intervenção dos Municípios. Que, em relação às questões levantadas pelo PDM, disse que será algo, que vai ser analisado, estando-se na fase de recolha de pareceres com reuniões internas, sobre o documento, e que em fase seguinte, irão passar, para as reuniões públicas, ainda sem saber que tipo de metodologia irão usar. Que, será um documento discutido por todos, mas que ainda não existem decisões, estando-se no momento de recolha de opinião, de muitos parceiros, e que em breve se irão ter novidades que se prendem com a auscultação de todas as partes interessadas. -----

- Relativamente à questão da Igreja, disse que, não teve oportunidade de reunir, porque

quando foi a última reunião, não tinha essa incumbência, porque não era o detentor desse pelouro e que nem devem intervir, mas que dentro das possibilidades terão o apoio técnico necessário, quer da DOMA quer da DPU. Que, também irá ver o que se passa com os caminhos rurais para perceber o que se poderá fazer de forma a se poder conciliar com o desporto motorizado. Que, em relação à estrada do Casal Mota, disse que, será algo que não foi resolvido na altura, e quando foi a construção da nova ponte da Barca, poderia ter sido exigido na altura que a área que passou a ser ocupada, fosse reconstruída e que será algo que os preocupa. -----

- Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade, disse que, relativamente ao saneamento no Rebolo, os funcionários dos Serviços Municipalizados encontram-se a terminar a Avenida de Badajoz e a continuidade de ligação ao novo reservatório, e que após o término dessa intervenção, será passar de imediato para o rebolo e terminar também Macarca. Que, reuniram ontem com o executivo da Junta de Freguesia de Famalicão onde estiveram a falar sobre o assunto, e que irão fazer chegar a planificação de datas, sendo sempre uma incógnita, atrasando a intervenção. Que, pelo menos no início de 2025, irão fazer uma intervenção no rebolo, colocando saneamento e aprovou para colocar ramais de água, porque os mesmos já terão 20 anos. Que, será pretensão passar logo para a Serra da Pescaria até ao Casal Mota, para depois se fazer a ligação à ETAR. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (Apreciação)

- O Senhor Presidente da Assembleia, quis agradecer a todas as pessoas que interviram, pela forma extraordinária que o fizeram. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara, para prestar informações: que têm tido reuniões com a Junta de Freguesia do Valado e de Famalicão, nomeadamente no que diz respeito à colocação de médicos. Que, se encontram à espera do resultado do concurso que se encontra ativo, mas que existe alguma dificuldade em cativar médicos para a região, salientando a parte do vencimento e as ajudas da Autarquia. -----

- Usou da palavra a Senhora Vereadora Tânia Gandaio, que solicitou esclarecimento sobre os processos que se encontram em curso, nomeadamente o processo 121/23.1PLRA do TAF de Leiria, em que o autor será o “Ambienti D’Interni, Lda”, em que houve uma sentença condenando o Município, em relação a um concurso público que não foi respeitado pelo Município. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, que fez referência ao gosto de se encontrar ali, em Famalicão e que a CDU tem batalhado muito, para que as Assembleias sejam descentralizadas, congratulando o novo Presidente por essas iniciativas e que o atual espaço, será muito superior, ao espaço da Nazaré, para a realização das Assembleias. Que em relação à Informação Escrita do Presidente, apresentada no ponto

n.º 1, disse que não seria o que se esperava, porque serão elencadas um conjunto de iniciativas avulsas, porque não se enquadram minimamente numa estratégia do que se pretende nos diferentes segmentos nem nada de benéfico para a estratégia que se pretende implementar, sendo difícil fazer uma avaliação. Que, o documento, menciona várias iniciativas turísticas – geminações, etc., mas sem ter uma estratégia coerente, integrada para maximizar esse potencial do turismo. Quis congratular, os alunos da EPN pelo projeto apresentado. Nada sobre a habitação, e que fará chegar a todos um gráfico que exemplifica o grave problema que se tem, relativamente à questão da habitação. Que, a questão do PDM, na sessão levantada, quis referenciar, que existe um membro que deve se eleito em Assembleia Municipal, e que deverá fiscalizar no Órgão a Assembleia Municipal. Que, a mesa da Assembleia mudou, mas nada foi feito, nesse sentido – não houve ainda, nenhuma eleição. Que, no documento, também se terá uma ausência de políticas de inclusão social e de empregabilidade. Que, exigem metas específicas. Que, esse tipo de documento, dará muito trabalho a fazer, porque será preciso uma estratégia, massa crítica, e da forma como se encontra, até parecerá que se vai fazendo umas coisas! Que, e uma vez que se encontram em Famalicão, não pôde deixar de referir novamente, a questão do Pavilhão Desportivo. Que, passou o ano escolar, e o mesmo se encontra fechado. Que, pretendem saber, concretamente o que se passa! Que, se terá o mesmo problema, com o Terminal Rodoviário. Sobre os processos em Tribunal, disse que, gostariam de ter mais detalhes, da Dra. Helena Pola. -----

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, restantes eleitos e público presente, vamos continuar a repetir as vezes que forem necessárias: este não é o documento que a CDU gostaria de receber. É caso para se dizer: muda o presidente, mas a música continua a mesma. No que diz respeito aos problemas urgentes que a nossa infraestrutura urbana enfrenta, nomeadamente a urgência de requalificar as áreas urbanas degradadas, a melhoria da infraestrutura de saneamento básico e a de distribuição e abastecimento de água à população, ou a melhoria na recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, bem como a melhoria de estradas e vias públicas - nem uma palavra! A nossa sugestão: incluir um plano detalhado de revitalização das infraestruturas que, em muitos casos, se apresenta obsoleta, como sejam a rede de saneamento básico e de distribuição de água e um levantamento exaustivo das necessidades de intervenção em estradas, vias públicas e passeios. Sobre a sustentabilidade financeira, ou devemos dizer, para ser mais rigorosos, insustentabilidade financeira: novamente o endividamento colossal como a espada de Dâmoques pendurada sobre a nossa cabeça; a incapacidade para sustentar as receitas próprias sem sobrecarregar os nossos municípios já com os impostos elevados ao máximo... Zero estratégias que apontem para controlar as despesas supérfluas, de modo a acelerar o objetivo de chegar ao limite de excesso de endividamento, como tanto temos apontado. Mais do mesmo, portanto. O documento vai mencionando, como não poderia cá faltar, várias iniciativas turísticas e até geminações, mas a falta de uma estratégia coerente e integrada para maximizar esse potencial turístico - zero. Estratégias para lidar com os desafios na sobrecarga nas infraestruturas,

que são de todos conhecidas e que causam transtornos à maioria da população residente, da poluição de todos os tipos, e da perda de identidade cultural - zero. Sobre a Habitação: não há uma palavra sobre o processo de candidatura para habitação social, ou construção a custos controlados, nem para o aumento dos preços das casas, nem para as dificuldades criadas aos jovens casais deste concelho, em grande parte pelo modelo turístico implementado por este executivo. Medidas para controlar o número de licenciamentos de alojamento local tal como o estão a fazer cidades e vilas com o mesmo problema por este país e mundo fora - conversa para a qual este executivo não está ainda preparado para ter, mas que se trata de uma medida absolutamente essencial para proteger a nossa população local do fenómeno da gentrificação - zero. Depois temos a já banal listagem de atividades e projecto que vêm sempre acompanhadas da ausência de metas claras e mensuráveis e de indicadores de desempenho que nos permitam avaliar o progresso em áreas críticas, como a educação, a saúde e a cultura. Se este documento fosse da nossa responsabilidade haviam de encontrar metas específicas, prazos específicos, indicadores de desempenho claros que permitissem, a todos nós, avaliar o impacto das ações do município de forma transparente e sem o aspeto propagandista. Neste documento podemos escutar um silêncio ensurdecedor da ausência de políticas de inclusão social e empregabilidade. Estes documentos continuam a não apresentar estratégias abrangentes para lidar com o desemprego local, especialmente entre jovens, nem aborda a inclusão social de grupos vulneráveis, que, de acordo com os indicadores estatísticos do nosso concelho, carecem da nossa maior atenção. Sobre o ambiente: embora sejam mencionadas algumas iniciativas, também aqui não temos um plano estruturado para lidar com problemas ambientais mais amplos, designadamente, a gestão de resíduos, a proteção da biodiversidade, já para nem falarmos da adaptação às mudanças climáticas. Propostas para mitigar a impermeabilização dos solos causada pela construção desenfreada que este executivo tem sujeitado a Nazaré - zero. Sobre o tema da mobilidade e dos transportes: zero para os problemas mais amplos de trânsito no nosso concelho; zero para a implementação de um verdadeiro serviço público de transportes rodoviários; zero para as anunciadas ciclovias que iam ligar o concelho de Alcobaça à Nazaré; zero para um plano de gestão de tráfego; zero soluções para o inferno a que o Verão nos tem vindo a habituar. Criticam tão severamente os executivos do PSD, mas esquecem-se de dizer que relativamente ao aumento de receitas na área foram poucas as alterações e os investimentos que este PS fez na frota de transportes urbanos, 10 anos depois de estarem no poder. Queremos metas específicas! Sem prazos, sem dados mensuráveis, só podemos estar aqui a fazer exercícios inúteis de análise. E, para quem tem experiência de gestão de organizações, sem estratégias bem definidas não há forma de controlar as execuções. Esse sim, seria um documento bem-recebido por nós. Mas também percebemos as razões pelas quais vocês são incapazes de produzir um documento assim tão detalhado. Dá muito trabalho; requer muita massa crítica; e, acima de tudo, da forma como está agora, sempre dá para dizerem que vão fazendo umas coisas. Isto tudo para dizer, senhoras e senhores, que por muito que se pintem com outra

maquilhagem, por mais que usem outra roupa - este executivo é o mesmo. Nos próximos tempos, vamos ter muitas oportunidades para assistir àquilo a que chamamos de metamorfose política; o presidente mudou, mas o PS continua exatamente na mesma. Posto isto, temos aqui ainda uma questão que não queremos deixar de perguntar ao senhor presidente da câmara: estando nós aqui em Famalicão, não poderíamos deixar de referir novamente a questão do Pavilhão Desportivo. O senhor presidente disse, na reunião de câmara de 8 de julho deste ano, o seguinte: "Eu e o engenheiro João Santos tivemos uma reunião a semana passada com o responsável enfim pela empresa e dessa reunião resultou que as coisas iam sendo encaminhadas, porque o nosso grande objetivo, a nossa grande luta é que aquela obra fique terminada a ponto de poder receber os alunos no início do ano escolar". É caso para dizer que este vosso grande objetivo e que esta vossa grande luta falhou. É mais um dos muitos falhanços. Mas aqui, confessamos, que se calhar o erro de análise é nosso. É porque de facto o senhor presidente anunciou que o pavilhão ia estar pronto no início do ano escolar. Só não referiu o ano! Uma pergunta concreta, senhor presidente: o que se passa com a obra do pavilhão? Há falta de dinheiro? Há outros problemas? Seja claro com esta resposta, pois a população de Famalicão precisa de a ouvir. Outra questão, relativa ao terminal rodoviário. Senhor presidente da mesa, nós temos um documento que vamos enviar para a mesa e pedíamos que os serviços fizessem chegar aos senhores deputados. Neste documento transcrevemos de forma literal aquilo que foi dito pelo senhor presidente da câmara, em reunião de câmara, quando interpelado no sentido de saber para quando a inauguração deste equipamento. Passamos a citar: "O terminal rodoviário está mesmo, está mesmo em posição de ser entregue, está mesmo nos "finalmentes". Estamos convencidos que se não for em agosto... que se não for em julho, será em agosto... se não for em agosto será lá para as Festas [risos]. Se não for em julho será em agosto, era isso que eu queria dizer, mas pronto, é na verdade, este momento... o esfolar o rabo [sic] na verdade está no bom caminho." E é neste tom de nacional porreirismo e de galhofa que se vai assobiando para o lado e gerindo o município... senhor presidente: o que se passa com o terminal rodoviário? Há algum problema na obra? Há falta de dinheiro? Seja concreto na resposta. É que quando olhamos para a informação financeira enviada, vemos um conjunto de faturas pesadas que ainda não foram pagas e que contribuem, e de que maneira, para um aumento significativo da dívida a fornecedores. E quando sabemos que a totalidade das faturas dos trabalhos de requalificação do tribunal na Pederneira, da nova ponte do Rio da Areia, do novo reservatório de água do Camarçã e da compra de um novo autocarro, parece-nos que esse é o problema central. Sobre este tema mais duas questões: 1. Quanto deve neste momento a Câmara Municipal aos Serviços Municipalizados no que diz respeito à água? 2. Quem irá pagar o novo reservatório de água do Camarçã? De quem é a obra? O pagamento será feito pelos serviços municipalizados ou pela Câmara? Para terminar, falta falar dos processos em tribunal que estão a decorrer contra a autarquia e que nos chegaram nesta informação. Referir que os mesmos se revelam também eles muito preocupantes quanto às possíveis

consequências financeiras para a autarquia que dali podem advir. Estamos a falar de mais alguns milhões de euros, a somar a outro perto de um milhão que já foi pago de uma outra sentença. Tudo isto é muitíssimo grave e revela que os executivos do PS liderados por Walter Chicharro não vão ficar na memória, nem nos registos desta autarquia, pelas melhores razões. Por muito que vos custe aceitar esta nossa afirmação contra um elemento que todos os membros do executivo e da restante estrutura do PS local idolatravam durante o seu “governo” - que para nós sempre foi um desgoverno -, esta é e será uma grande verdade!” -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos às questões colocadas pela CDU: que têm tido algumas dificuldades em resolver alguns problemas, nomeadamente com os empreiteiros. Que, o atraso do Terminal Rodoviário se prende, com uma disfunção de candidaturas, e que se viram na iminência de ter de fazer uma nova candidatura, e que a obra, estando praticamente feita, não poderá estar concluída, porque senão não recebem o dinheiro que já gastaram. Que, em relação ao Pavilhão de Famalicão, disse que, a obra terá ido a concurso, pelo valor de 280 mil, e que na altura, havia intenção de fazer com que aquele espaço, servisse, simultaneamente para as tasquinhas, sendo uma forma de evitar custos futuros com a organização desse evento. Que, na génese da construção, isso não se encontrava contemplado, mas que exigem que esteja, porque têm esse compromisso. Que, não concorda, que um Pavilhão Desportivo Escolar, sirva para as tasquinhas, mas será obrigatório, porque terá sido esse, o ponto de partida, ponto de honra, que terá de ser cumprido e que a obra terá de ser feita de forma a albergar as duas coisas, acabando por encarecer a obra. Que, a empresa, nunca disse que iria abandonar a obra, mas que a mesma se encontra a andar, lentamente. Que, já se encontra pensado, o encontro com o arquiteto responsável pela obra, e que esperam que a situação se resolva. -----

- Usou da palavra, a Dra. Helena Pola, para prestar algumas informações: que já reuniram com a empresa projetista no sentido de serem feitas as alterações necessárias ao projeto, estando a liderar o mesmo o Engenheiro João Santos, e que se encontram a aguardar a entrega da correção das medições no sentido de fazer prever no projeto de forma mais adequada possível as necessidades que foram transmitidas pela Junta de Freguesia relativamente à adequação do espaço a uma futura utilização para festas, tasquinhas... Que, o projeto inicial, foi pensado nessa vertente, mas não contemplava esses trabalhos de forma direta e que essa adequação estará a ser feita através de trabalhos a mais que implicarão alguns trabalhos a menos, e que o expediente se encontra a ser preparado e que irá brevemente à Câmara. Que relativamente à questão judicial, o processo passou pelo seguinte: existiu um concurso público para se adquirir as quatro estruturas que se encontram no Porto de Abrigo da Nazaré, em que houve vários concorrentes e uma adjudicação. Que, à data, um dos concorrentes, não satisfeito com a decisão do Júri, impugnou a decisão judicialmente – entendeu que o concorrente que o Júri escolheu, não reunia condições, que violou algumas normas do concurso e que deveria ter sido excluído. Que, o júri não deu razão, tendo havido a adjudicação e o

concorrente, seguiu para Tribunal. O Tribunal deu razão ao concorrente e determinou que a Câmara anulasse o contrato, e voltasse o concurso público à altura em que encontrou o tal vício – na fase de admissão, ou exclusão, das propostas. Que, os quiosques já se encontravam, à data da sentença, instalados no Porto de Abrigo, pelo menos há cerca de dois anos e não seria razoável cumprir a sentença do Tribunal. Que, nessa medida, no dia 8 de julho foi a reunião de Câmara um parecer jurídico, efetuado pelo Dr. Ricardo Caneco, e que foi aprovada a invocação de causa legítima de inexecução da sentença. Que foi aprovado, e enviado para Tribunal e foi aceite. Que, nessa altura, o Dr. Ricardo, que se encontra a encabeçar o processo, terá contactado com os advogados do concorrente, que disseram aceitar a posição camarária. Igualmente, terá marcado uma reunião para tentar chegar a um acordo e perceber que tipo de indemnização pretendem e vir a reunião de Câmara para aprovação. Que o Júri, se encontra no processo, era o Senhor Presidente, o Engenheiro João Santos e a Coordenadora Técnica Margarida Silva. Que, em relação aos processos judiciais, que o Dr. Carlos Tomás interpôs contra o Município, o Tribunal deu razão ao Município, tendo o mesmo perdido a providência cautelar, e interpôs recurso. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, e sobre a parte financeira, disse: que da análise do documento constatarem que existe uma ligeira diminuição de entradas de receita, cerca de um milhão e duzentos mil, embora tenha havido entradas em relação à delegação de competências na Educação e na Ação Social. Questionou, se cobrirão as entradas de pessoal em todos os trimestres – 12.1%? Que, a dívida se mantém nos 31.531.853€ e que apesar da diminuição de 0,7, que será positiva, não se chega à meta que permitirá a diminuição dos impostos, o que lamentam! Que, também será de lamentar que o prazo médio de pagamento aos fornecedores, aumentou, de 13 para 22 dias. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, que fez referencia, que as declarações políticas são meras declarações políticas, mas que foi dito pela bancada da CDU que, existia falta de planeamento relativamente à questão da habitação – que não corresponde à verdade. Que têm dois instrumentos importantes com dados fidedignos, relativamente à habitação, que será a Estratégia Local de Habitação e a Carta Municipal de Habitação, que terá metas a cumprir a longo prazo. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que depois de cumprimentos todos e deu nota que: em relação a investimentos e à quebra de investimentos, será importante transmitir que, existem coisas que vão surgindo e que muitas vezes nem se encontram previstas em plano de orçamento – fez referência ao tanque de aprendizagem de Valado dos Frades e que tinha um problema estrutural complexo, edifício com cerca de 11/12 anos e que no momento se encontra em fase de conclusão de obra, com um valor assinalável de cerca de cem mil euros. Sobre a questão dos caminhos florestais, o Município da Nazaré, terá feito um investimento de cerca de 500 mil euros, na última década. Que, sendo caminhos públicos, ou vicinais ou municipais, ou em alguns casos de serventia de particulares, seria muito fácil colocar uma barreira e que as pessoas não teriam acesso, não sendo possível. Que, se irá tentar perceber no Gabinete de

Mobilidade, o que se poderá fazer, para tentar impedir que essas pessoas/entidades, façam essa utilização, que acaba por degradar e obrigar a gastar dinheiro do erário público, na manutenção desses caminhos. -----

Tomado conhecimento. -----

2. APOIO FINANCEIRO – CONSTRUÇÃO ERPI – ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO (Apreciação e votação) -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que disse que, estando plenamente convicto de que não haverá conflito de interesses, irá ausentar-se da sessão, por haver essa possibilidade, evitando dar mais trabalho à CCDR. Que, espera que não seja impeditivo a apreciação do ponto. -----

*- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, para dizer que, sente muito orgulho na Bancada da CDU, do número de mandatos que têm. Que, quando falam em lugares periféricos, será risível se estar a falar desses lugares, num Concelho que terá 82 Km2 e que ao encontrarem-se num lugar periférico, a discutir um apoio na qual a CDU, vai votar a favor, e perguntou ao Presidente, se este por acaso saberia, qual seria o índice de envelhecimento do Concelho? **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para salientar que, a Bancada PSD, ficará muito contente com o apoio do Município e que esse investimento irá ser benéfico para todos os habitantes, referenciando o Centro Social que já terá muitas crianças e que consideram que será uma estrutura fundamental e que apoiam e congratulam o executivo por tal medida. ----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho, para acrescentar que será preocupante os dados que passará a dizer: que serão 208 idosos por cada 200 jovens. Que irão votar a favor da proposta, mas que gostaria de dizer que será preciso uma abordagem mais ambiciosa no que diz respeito ao papel do idoso na comunidade nazarena. O idoso, que terá de ter um papel ativo, que terá de ser respeitado e que com os dados que referiu, se terá de pensar a sério, numa abordagem mais holística relativamente à questão do problema demográfico que se encontram a evidenciar. -----

*- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que no Concelho, terão 3% dos idosos em estruturas dessa natureza, no nível das ERPIS – Estruturas Residenciais para as Pessoas Idosas e que as mesmas são demasiado importantes. **Interveio a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para esclarecer que esses projetos são cofinanciados no âmbito dos PARES - O Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - 3.ª Geração. Que quando é feita a pontuação, irá ao núcleo executivo da rede social e depois será votado, o que significa que tudo o que será feito, tem na sua base de dados a pertinência daquilo que será para o Concelho.*

Aprovado por unanimidade. -----

- O Senhor Deputado Pedro Marques, regressou à sessão. -----

3. **MOÇÃO – PARQUE ESCOLAR** (Apreciação e votação) -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, disse que, para a Bancada do PSD, lhe parece que a moção lhes dá a entender que não teriam conhecimento da prioridade nem que existiria uma suposta candidatura ao PRR, referente à construção dessas salas, em dezembro de 2023. Que, como não existe nada mencionado em relação a esses apoios, e que só tiveram conhecimento que a prioridade foi dada à obra, dando a entender que a culpa seria do atual governo, que gostaria de algum esclarecimento sobre isso. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Samuel Fialho: -----

“Tal como já foi referenciado na discussão deste ponto na reunião de câmara pelo representante da CDU, em nossa opinião, a moção apresentada não nos parece estar bem construída, além de que é enviada pelo executivo a esta assembleia com indicação de que deve ser discutida e votada. Este procedimento não nos parece o mais adequado visto haver bancada de suporte ao executivo neste órgão que podia e devia apresentar uma moção no sentido da que aqui vem. Na CDU, continuamos a não entender onde reside atualmente o problema do PS, visto que, aparentemente, não existia nenhum em fevereiro quando o executivo aprovou por unanimidade o projecto de execução de obras naquele estabelecimento de ensino, ao abrigo do PRR. Já tentámos entender onde está o problema atualmente, mas nem mesmo perante esta moção conseguimos entender. O que sabemos é que a Escola BS Amadeu Gaudêncio, há muito tempo que estava desadequada em espaço e outras condições, entre as quais de falta de segurança, para servir condignamente a nossa comunidade escolar e mais quem ali trabalha. A CDU, ao longo dos tempos, tem alertado para esses factos e para as condições em que o executivo que governou e governa iria receber a transferência de competências do Estado na área da educação, e outras, que, sempre dissemos nos era desfavorável, nomeadamente pela escassez de recursos humanos, materiais e financeiros colocados à disposição, contrariamente às imensas responsabilidades que nos iriam ser imputadas. Ainda mais devido à imensa e penosa dívida financeira da autarquia. Ao contrário destas nossas preocupações, vivamente emitidas e escritas, ouvíamos os membros do PS a anunciar as novas que esta solução, que sempre defenderam, da transferência de competências, seriam muito benéficas para todos. Agora vê-se quem tinha mais uma vez razão! Se não temos condições para poupar poucos euros por ano para investimentos necessários como este do aumento físico do espaço escolar da escola sede, teremos que esperar pelo apoio do Estado e do PRR até final de 2026 e seguintes para podermos ver a candidatura da nossa escola ser aprovada nas condições em que ela foi colocada, P2 - Urgente, quando o que deveriam exigir era que o aumento do espaço físico da escola fosse considerado prioritário, mas não conseguiram, ou não foram capazes de lutar para fazê-la aprovar. A luta será sempre exigir que se façam as obras! Mas não nos peçam agora para sermos coniventes com a vossa incapacidade para gerir um problema que ajudaram a criar e que não sabem como o resolver. Se hoje há falta de espaço, ele já existia desde início do

vosso mandato. O problema que foram colmatando com os contentores, num tempo em que já havia comparticipação financeira da União Europeia ou do próprio Estado, trouxe-nos até aqui para não incomodar o governo no poder na altura. Agora que são outros a governar, já parecem ter peito cheio para gritar. Na CDU, sabemos bem o que este tipo de políticas de pirraça traz às populações e, neste caso, às crianças do nosso concelho e do país. 2 A CDU, a nível nacional e na Nazaré, apresentou várias intervenções sobre esta e outras matérias relativas às várias transferências de competências e todas elas se mostram hoje certas quanto aos objetivos nefastos que este tipo de falsa descentralização traria às populações. Nesse sentido, a CDU na Nazaré não vai ficar de braços cruzados à espera que nos caia no regaço a autorização para as obras na EBS Amadeu Gaudêncio. Por isso, irá desde já promover, ao abrigo da Lei, o envio de uma petição à Assembleia da República e ao Governo, tendo por fim a informação da necessidade de inscrição no próximo Orçamento do Estado de rubrica e verba que suporte as muito necessárias obras de aumento de salas e outras que se mostrem de acordo com o projecto já aprovado e que é do conhecimento do próprio Ministério da Educação. Do mesmo modo, procederemos, entretanto, junto da comunidade escolar local à recolha de assinaturas para manifestar junto do Governo Central a mesma necessidade, caso não se reconheça a inscrição no próximo Orçamento do Estado da referida verba. Será ainda enviada aos deputados do PCP na AR uma informação sobre este assunto, com vista à colocação por estes de questões ao governo sobre a mesma matéria. Julgamos que assim se defendem melhor os interesses da nossa comunidade escolar. (Temos uma petição já preparada a que iremos dar o tratamento necessário, mas não temos tempo para a ler... ”. -----

- Petição – CDU:

“Necessidade Urgente de Intervenção na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio — Nazaré -----

Com base na Lei n. 2 43/90, de 10 de agosto, na sua versão em vigor, vêm os abaixo assinados, na condição de cidadãos e enquanto membros da Assembleia Municipal da Nazaré, exercer o seu direito de petição e solicitar ao Governo a intervenção urgente na Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, face às dificuldades de espaço e falta de outras infraestruturas adequadas. -----

Exmo. Senhor Primeiro-Ministro, -----

Exmo. Senhor Ministro, da Educação, -----

Os abaixo-assinados, membros da Assembleia Municipal da Nazaré e cidadãos preocupados com as condições da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, na Nazaré, dirigem-se a Vossas Excelências para expor e solicitar, com carácter de urgência, uma intervenção do Governo nesta instituição de ensino, com vista a resolver

as graves dificuldades de espaço e infra-estrutura que afetam o bem-estar e a qualidade do ensino para os alunos e toda a comunidade escolar. -----

Contexto: -----

1. A Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio enfrenta dificuldades graves de espaço, nomeadamente a falta de salas de aula em número suficiente para acolher o crescente número de estudantes. Este problema é agravado pelo aumento da população estudantil local e pela crescente procura por vagas na escola. -----

2. As infraestruturas da escola são antigas e insuficientes para as necessidades atuais, com pressão sobre os espaços de convívio, recreio e instalações desportivas. Esta situação está a prejudicar a qualidade do ensino, com alunos a partilhar espaços inadequados e sobrecarregados. -----

3. Apesar de ser uma instituição essencial para a comunidade educativa da Nazaré, há notícias recentes que indicam não haver no imediato qualquer plano concreto de ampliação ou modernização das infraestruturas da escola, o que é motivo de grande preocupação para alunos, pais, professores e outros membros da comunidade. -----

4. A Câmara Municipal da Nazaré recebeu a transferência de competências na área da educação e com isso as infraestruturas nas condições em que estas se encontravam, sabendo-se que elas já necessitavam de intervenções urgentes e de ampliação de espaços. -----

5. A Câmara Municipal da Nazaré não tem condições financeiras para avançar com as obras necessárias na escola sede do agrupamento porque o investimento é demasiado elevado para as capacidades financeiras da autarquia que se encontra debaixo de assistência financeira com contrato assinado com o Fundo de Apoio Municipal, pelo menos até 2052. -----

Tendo em conta o exposto, solicitamos ao Governo e, em particular, ao Exmo. Senhor Ministro da Educação, que responda às seguintes questões: -----

1. Para quando está prevista uma intervenção do Governo para a ampliação e modernização das infraestruturas da Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio?

2. Está o Governo ciente das dificuldades de espaço e da falta de salas de aula suficientes para acomodar os alunos desta escola? Se sim, que medidas concretas estão a ser tomadas para resolver esta situação? -----

3. Que soluções imediatas serão implementadas para garantir que todos os alunos possam frequentar as aulas em condições dignas e seguras? -----

4. Está já previsto no próximo Orçamento de Estado algum financiamento ou programa de modernização de infraestruturas escolares que possa incluir a Escola Amadeu Gaudêncio no curto prazo? -----

5. De que forma o Ministério da Educação está a colaborar com a Câmara Municipal da Nazaré para resolver esta situação, nomeadamente na gestão do aumento da população escolar? -----

Conclusão: -----

Entendemos que a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer comunidade, e que as crianças e jovens da Nazaré têm o direito a estudar em condições adequadas e seguras. Assim, apelamos ao Governo que tome as medidas necessárias para resolver com urgência os problemas que afetam a Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio, garantindo o direito à educação de qualidade a todos os seus alunos. -----

Ficamos a aguardar uma resposta célere a esta petição e agradecemos a atenção dispensada a esta questão de grande importância para a nossa comunidade. -----

Com os melhores cumprimentos, dos abaixo assinados – (Sara Louraço Vidal Correia da Silva, Samuel António Constantino Fialho, Jéssica Louraço Reis, Samuel Azinheira Oliveira), Famalicão, Nazaré, 24 de setembro de 2024, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, que começou por dizer que não o surpreende que algumas forças políticas que estejam a utilizar/criar um facto político, onde ele não existe! Que, foi ele próprio que escreveu a Moção, e que o processo na construção da Moção seria importante contextualizar o processo e que muitas vezes em sede de Assembleia Municipal e de reunião de Câmara foi solicitado ao presidente de Câmara da altura, que diligenciasse todos os esforços para que se tivesse ensino público secundário no Concelho da Nazaré e que a estratégia não passava por ali. Que, foi num governo do Partido Socialista que foi aprovada a obra de construção do Centro da atual Escola Amadeu Gaudêncio. Que, foi com o PS que foi feito esse projeto, e que nunca foi concretizado – projeto para acolher do 5.º ao 9.º ano, mas que não foi concretizado, com a culpa de muitos governos. Que, nunca houve uma estratégia do Estado Central para que existisse uma escola digna no Concelho da Nazaré, que conseguisse acolher os alunos, desde o 5.º ao 12.º Ano, numa escola pública. Que, lhes foi transmitido que teriam um instrumento que lhes daria financiamento. Que, sim, existe um projeto, aliás existem dois projetos: um com 40 anos que nunca foi concretizado da Arquiteta Margarita, que na altura o fez, e mais recentemente um novo projeto, que foi submetido a candidatura, e que foi aprovado com prioridade dois. Que, quem terá os critérios de avaliação terá de dizer porque foi aprovado com prioridade dois! Acrescentou que ainda no dia anterior, reuniram, ele, o diretor do Agrupamento com o delegado que faz a gestão dos estabelecimentos escolares na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que reúne cerca de 52 Municípios em que foi transmitida toda essa preocupação. Que, terão de gastar centenas de milhares de euros naquele equipamento/espaco! Que,

efetivamente precisam de um apoio porque existem Municípios que terão capacidade financeira para construir. Que, o que foi previsto no grau de prioridade – prioridade um, seria a prioridade da execução, ou seja, candidaturas que já estivessem com as obras em curso, ou que já se encontrassem em adjudicação, pelos Municípios. Que, se estará a falar de uma obra de 2.4 milhões de euros para fazer oito salas e que não irão servir para aquilo que será a necessidade básica da escola. Que, no momento, se terá sete contentores no exterior da escola, para dar resposta ao que será as necessidades da mesma. Que, de momento não reúnem condições! Questionou – se existe alternativa? Que, o assunto, irá à próxima reunião de Câmara, e que todos terão de lutar, para que a Nazaré não seja prejudicada nesses projetos, que serão essenciais para o Concelho. --

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que quis referenciar que em dezembro já saberiam que era de prioridade dois e questionou, porque não foi perguntado na altura porque seria assim? Que, na altura foi dito que esse facto, não invalidaria a candidatura? Que, criaram duas turmas quando já se encontravam em excedente de ensino profissional, existindo duas escolas de ensino profissional? A Câmara teve intervenção nisso? -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, para dizer que depois enviará o documento com os fundamentos que inviabilizaram a candidatura e que esse documento será a base da discussão do ponto. Que, fez questão de levar o ponto, para a próxima, reunião de Câmara, mesmo sem a resposta das entidades a quem têm de responder. Que, na altura a Ministra da Coesão Territorial transmitiu claramente, que não seria pelo facto de ser prioridade 1 ou 2, que a obra não se faria na Nazaré. Que, quer acreditar que o facto de não ter sido aprovado, terá a ver com o exponenciar daquilo que seria a verba que estaria para ser contemplada para as escolas de prioridade 1, porque o dinheiro terá de existir. Que, quando se diz que se terá défices de salas, será importante dizer que a carta educativa terá poucos anos, e que dizia, que existia uma visão em que claramente, que se iria ter escolas com poucos alunos, ou seja, que se pensava que, o número de alunos iria ser drasticamente reduzido, mas que na verdade não foi isso que aconteceu, principalmente por fenómenos migratórios – que em 2 anos se terá mais de 150 alunos estrangeiros, no Concelho da Nazaré, trazendo constrangimentos para todo o País, tendo-se que dar uma resposta educativa. Que têm reuniões setoriais e que têm que apresentar primeiramente internamente e depois à OesteCim, o que será a oferta educativa na área educativa no Concelho. Que, estiveram presentes nessa reunião, todas as entidades com oferta formativa, no Concelho. Que, houve de facto um litígio entre o Agrupamento de Escolas da Nazaré e a Escola Profissional da Nazaré, por causa de uma questão que foi apresentada. Que, o que transmitiu foi que no momento, a abertura do curso não Agrupamento de Escolas, trará ao Município que será a entidade gestora dos espaços, um programa complexo. Que, terão a responsabilidade de garantir, um ensino articulado no Concelho da Nazaré, porque senão irão para fora! Que, tentaram articular, todas essas questões, resolver esses problemas. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Samuel Fialho**, para dizer que, quando o Senhor

Vereador Orlando, cita que será uma questão partidária, disse que, estarão em política e ali a fazer política! Que, serão questões partidárias, e que se estará no sítio certo para as discutir! Que, tinham razão no que disseram sobre o assunto, nomeadamente as preocupações da CDU, que constam em Ata, em declarações de voto e em intervenções. Quis fazer duas questões e solicitou que enviasse as respostas por escrito: que, se tem equipamentos públicos na Nazaré, nomeadamente na Escola N.º 2 e que gostaria de saber se existe um racional para que não tenha sido considerada a opção e qual foi a fundamentação utilizada? Solicitou também o caderno de encargos do contrato das estruturas modelares que foram alugadas. -----

Aprovada por unanimidade. -----

4. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DA NAZARÉ – APROVAÇÃO FINAL (Apreciação e votação).

Aprovado por unanimidade. -----

5. PROJETO DE REGULAMENTO – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À FAMÍLIA – PARA APROVAÇÃO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A COMPETENTE APROVAÇÃO FINAL (Apreciação e votação)

Aprovado por unanimidade. -----

6. PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA (Apreciação e votação)

O Senhor Deputado Samuel Fialho, ausentou-se da sessão e não votou o ponto. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que sobre a questão das execuções fiscais, disse que, gostaria de saber, nominalmente quais serão as dívidas ao Município que irão entrar nessas execuções? Ou seja, o que as Finanças vão pedir aos nossos Municípios em nome da Câmara, concretamente, quais serão as dívidas, que irão entrar nas Finanças? -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, que a Câmara Municipal, é e continuará responsável pelos processos de execução fiscal que derivem da falta de pagamento de taxas e tarifas. Que, todas as restantes dívidas têm vindo a ser interpostas em sede judicial e que agora com a alteração legislativa, o Tribunal informou, que terão de ser interpostas nas Finanças, e que se conseguiu verificar que essa situação não seria célere nem eficaz. Que, todas as dívidas que por falta de pagamento de taxas ou tarifas, serão interpostas pela Câmara, no Portal das Finanças, e que para se ter esse acesso, será necessário o protocolo. Que, as dívidas serão desde logo, as custas e coimas dos processos de contraordenação, falta de pagamento dos trabalhos coercivos que a Câmara executa em substituição dos responsáveis – que tudo o que serão taxas e preços

não pagos, a Câmara é que executará. Que, todas as restantes situações passarão por emissão de certidão de dívida, pela Câmara, colocada no Portal das Finanças, num acesso privilegiado, com dados próprios que serão fornecidos, e depois as pessoas serão notificadas pelo Portal das Finanças. Que, primeiro as pessoas terão de ser notificadas, com oportunidade de defesa, para pagamento voluntário e serão informadas que a falta de pagamento implicará a abertura desse tipo de procedimento.

Aprovada por unanimidade. -----

7. CONCURSO PARA DIRIGENTES DE 3.º GRAU (Apreciação e votação)

O Senhor Deputado Samuel Fialho, regressa à sessão. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Tânia Gandaio**, que solicitou a explicação do ponto. -----

- **Usou da palavra a Senhora Vereadora Regina Piedade**, para prestar esclarecimentos: que relativamente à questão, o que estará em causa, será a designação de um júri. Que, inicialmente estariam a contar ficar com a designação de júri, uma vez que para a unidade do 3.º Grau do regulamento já prevê essa situação e que na altura se pensou nos três Chefes de Divisão da Câmara Municipal e que teriam de ter dois suplentes que não teriam de ser Chefes de Divisão, mas que acharam que seria muito melhor se efetivamente o fossem correndo-se o risco de que alguns Técnicos Superiores ficassem limitados e não pudessem concorrer. Que, em sede de Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, entenderam que não seria de descorar a possibilidade de se fazer com dirigentes de 2.º Grau de outras Câmaras, sendo uma forma muito mais imparcial. Que, se terá como elementos do júri, técnicos superiores de 2.º Grau de dirigentes, da Câmara Municipal de Peniche, da Câmara Municipal de Caldas da Rainha e da Câmara Municipal de Alcobaça, criando assim, uma dinâmica diferenciada relativamente aos membros do júri e também os suplentes serão dirigentes do 2.º Grau de Caldas da Rainha e de Alcobaça.

Aprovado por unanimidade. -----

8. CDU – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO PONTO 275/2023, TOMADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2023 E DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO TEOR DA MESMA PROPOSTA (Apreciação e votação)

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara de Valado dos Frades, Samuel Oliveira:** que "...com a proposta apresentada pela CDU em Reunião de Câmara e que todos conhecem a razão da sua apresentação, pretendem encerrar um capítulo menos bom de um processo burocrático para a nossa terra. Que, esta proposta, que foi aprovada por unanimidade, servirá para que a população da Freguesia de Valado dos Frades, não se sinta desrespeitada, perante a restante população das restantes Freguesias do

Concelho, no que este processo diz respeito, e assim, todos seguimos em frente na defesa do interesse público e nos objetivos de desenvolvimento das populações locais”. Disse que, gostaria de pedir uma ajuda, à Dra. Helena Pola, porque no dia anterior, foi levantada em reunião da Comissão Permanente, uma questão, pela Dra. Tânia, em relação à documentação que vinha, juntamente com o ponto. Que, com a inclusão do Contrato Interadministrativo, se encontra assinado apenas pelo Senhor Presidente da Câmara e que a sua questão era se isso seria já uma proposta, do contrato, ou seja, porque pela primeira vez ainda era o Presidente Walter Chicharro, e que agora será o Presidente Manuel Sequeira, e que isso for já uma proposta de contrato, que pensa que não poderá ser votada hoje, ali, porque terá de ser aprovada, primeiro em reunião de Junta de Freguesia, posteriormente em Assembleia de Freguesia, e que pensa que seja assim. Que se assim for, que propõem a retirada do ponto e se assim não for, mas apenas a revogação do não aceitação, que siga os seus tramites e que pedem que seja aceite a revogação”. -----

“Também aqui neste órgão iremos apenas referir que, com esta proposta que a CDU apresentou na reunião de câmara, e que todos aqui conhecem a razão da sua apresentação, pretendemos encerrar um capítulo menos bom do processo democrático na nossa terra. Apenas pedimos aos membros desta assembleia a sua aprovação, para que a população da Freguesia de Valado dos Frades não se sinta desrespeitada perante a restante população das restantes freguesias do concelho, no que a este processo diz respeito, e assim todos seguirmos em frente na defesa do interesse público e nos objetivos de desenvolvimento das populações locais”. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, confirmou que a questão foi levantada em Comissão Permanente pela Dra. Tânia e que gostaria de ver a questão esclarecida. -*
- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para prestar esclarecimentos: que o que pode dizer, será que se estará a falar de coisas distintas – que o documento terá de ser aprovado por várias partes, em que a Assembleia será uma delas. Que, a Lei, não diz que a Assembleia, será a primeira ou será a última. Que, o acordo, não será assinado sem a aprovação, quer da Assembleia Municipal, quer da Assembleia de Freguesia. Que, a Lei não esclarece a que entidade irá primeiro. Mas, se calhar por uma questão de “jurisdição administrativa” até se poderia fazer mais sentido seguir o que vem sendo habitual. Que, a proposta da CDU foi levantada em reunião de Câmara e que no seu entender, cumpre com os requisitos legais. Que, não vê nenhum óbice na aprovação, nos termos apresentados. Que, terá de ir a reunião da Junta e da Assembleia de Junta. Que, depois se for aprovada, nessas instância, será, assinado. Que, só com a assinatura, entrará em vigor, adquirindo eficácia.* -----
- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Marques, que disse que, o ponto não terá chegado a vir à Assembleia Municipal, porque não foi votado favoravelmente na Reunião de Câmara. Que, o que estará em causa, será a revogação da deliberação da Câmara. Que, só quer perceber, se será da competência de a Assembleia Municipal revogar a*

deliberação. **Interveio, a Dra. Helena Pola**, para dizer que a revogação será do Órgão que praticou o ato, que será a Câmara Municipal. **Interveio o Senhor Deputado Pedro Marques**, para dizer que no seu entendimento, deverá vir à Assembleia Municipal uma proposta para aprovação do apoio de cinco mil euros, de aumento, para ajuda. **Interveio a Dra. Helena Pola**, para acrescentar que: a deliberação que foi tomada e que se encontrava na mesma proposta – que a CDU propôs em reunião de Câmara que se revogasse a anterior deliberação, que foi aceite por unanimidade, e que voltasse a ser discutido o ponto, nos termos em que foi revogada anteriormente, e desta vez aprovada e remetida à Assembleia Municipal. Que, na Assembleia, se encontra, para aprovar, a proposta de modificação do contrato e não da revogação. -----

- **Usou da palavra o senhor Vereador António Manuel Caria dos Santos**, para dizer que, a deliberação que foi feita na Câmara, será a que foi lida pela Dra. Helena, e contempla, exatamente aquilo que, a Assembleia antes, votou contra o fim do contrato. Logo, essa, não precisa de voltar ali – porque o contrato se encontra ativo. A questão que se coloca, será, que a deliberação da Câmara, não foi enviada à Junta de Freguesia, para tomar conhecimento. Que, os serviços deveriam ter enviado à Junta de Freguesia a deliberação tomada pela Câmara, no sentido de revogar a decisão de dezembro e de manter o aumento dos cinco mil euros propostos e que aí, se desencadeava o procedimento. Que, a Assembleia Municipal será o Órgão deliberativo máximo do Município, logo, o último a produzir a sua deliberação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando**, para dizer que, seria importante se perceber, se da parte da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, existirá algum impedimento do ponto ser votado, naquela sessão, e caso não haja e ficar formalizado em Ata, ficará resolvido.

Aprovada por unanimidade. -----

9. PROPOSTA-AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA A CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO 2025 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS (Apreciação e votação)

- **Usou da palavra o senhor Deputado Samuel Fialho:** -----

“Tal como o nosso vereador referiu na reunião de câmara, começamos também por dizer que esta proposta não nos parece estar bem construída, independentemente das explicações dadas pelos serviços da autarquia, na medida em que na CDU entendemos não haver necessidade de atribuir dupla anualidade aos compromissos que ali são colocados, pois no contrato em causa, o mesmo só se refere aos primeiros seis meses do ano 2025. Coisa que pode e deve ser resolvida, com a colocação em orçamento municipal da rubrica e do valor correspondente ao referido contrato. Manifestamos a nossa interpretação da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, (LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), de um modo diferente da dos serviços camarários, pois entendemos que na Lei se refere claramente o que são os compromissos plurianuais e a

sua forma de os executar, e ao não conseguirmos encontrar algo, neste caso, que possa ser entendido como referem os serviços, leva-nos a esta diferença de interpretação. Ainda assim, não iremos votar de maneira diferente pois entendemos ser prioritária, relativamente às nossas dúvidas, a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA A CONFECCÃO DE REFEIÇÕES, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO 2025**". -

Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para prestar esclarecimentos: que nos termos da Lei, a Lei do pagamento em atraso das entidades públicas, ou seja, a **Lei 8/2012**, contem as regras aplicáveis à assunção de compromissos, e aos pagamentos em atraso, dispõe **no seu artigo terceiro alínea b) ...** "Compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido". Que, isso importa, a possibilidade que o Senhor Deputado Samuel Fialho disse, não será totalmente desprovida. Que, se pode inscrever a verba em janeiro de 2021, quando o orçamento entrar em vigor, por volta do dia 10, já se poderá fazer compromissos novos e abrir procedimentos. Que, se abria o procedimento para a aquisição de alimentos, dia 10, e o que as crianças comiam até ao início do ano letivo? Que os serviços se encontram a planear e que estarão a prever um concurso público que por norma implicará algumas reclamações, e que gostariam de o abrir em outubro, para que no mês de novembro, inícios de dezembro, se estar descansados a quem irá fornecer esse serviço. Que, como pretendem abrir o concurso, terão de ter os compromissos plurianuais autorizados pela Câmara Municipal, para depois se fazer o compromisso. Que, plurianual, será para mais que um ano, mas que o compromisso será para o ano distinto ao corrente ano, mas que fará chegar a documentação a todos. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues, para dizer que, existem duas formas de fazer a contratação:** ou se se estabelece aquelas datas que se encontram definidas, de janeiro a junho, e que depois se fará outra no início do próximo ano letivo, que envolve os plurianuais que fazem com que esse processo venha à Assembleia Municipal, mas se a contratação fosse feita de janeiro a dezembro, não teriam que vir, sequer à Assembleia Municipal. Que, em termos de eficácia do procedimento se considerou que, no momento, seria a melhor forma, mas que as duas, poderiam ter sido utilizadas, e com as reservas que trazem sempre essas questões, que terão a ver com habituais reclamações/processos que possam trazer constrangimentos à contratação e que colocariam em causa, as refeições das crianças, dos espaços escolares municipais. Que, como tal, se utilizou essa metodologia e que se irá ainda a tempo, porque se estará a falar de um processo que só vai ser implementado em 02 janeiro de 2025. -----

Aprovada por unanimidade. -----

10. PROPOSTA GEMINAÇÃO JAGUARUNA – CIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apreciação e votação)

- **Intervenção da Senhora Deputada Sara Vidal:** -----

“Nada temos a opor a processos de geminação que sejam verdadeiros elementos de fusão das comunidades que representam as cidades-irmãs, tendo como fim as várias finalidades principais que defendemos, sendo as mais relevantes estas: -----

1. Promoção de Intercâmbios Culturais: Uma das principais finalidades das geminações é fomentar o intercâmbio cultural entre as cidades envolvidas. Isso pode incluir programas de intercâmbio de estudantes, exposições de arte, festivais culturais e outros eventos que ajudem a promover o entendimento e a apreciação mútua das diferentes culturas. -----

2. Desenvolvimento Económico e Comercial: as geminações podem abrir portas para parcerias económicas e comerciais. As cidades-irmãs podem colaborar em projetos de desenvolvimento económico, promover o turismo, e facilitar o intercâmbio de informações e boas práticas entre empresas e governos locais. -----

3. Colaboração Educacional e Académica: as cidades-irmãs frequentemente desenvolvem programas de intercâmbio académico e educativo, possibilitando que estudantes, professores e pesquisadores compartilhem conhecimentos e experiências. Isso pode incluir acordos entre universidades, ou outros estabelecimentos de ensino, bolsas de estudo e programas de formação. -----

4. Soluções para Problemas Urbanos: as geminações podem facilitar a troca de conhecimentos e experiências em questões urbanas, como planeamento urbano, sustentabilidade, transporte público, gestão de resíduos, entre outros. As cidades podem aprender umas com as outras e implementar soluções eficazes para desafios comuns. ---

5. Fortalecimento de Relações Internacionais: as cidades-irmãs ajudam a fortalecer as relações internacionais e a promover a paz e a compreensão entre nações. Ao estabelecer laços diretos entre comunidades, as cidades contribuem para um maior entendimento global e para a construção de um mundo mais solidário e mais cooperativo. -----

6. Respostas a Desastres e Assistência Humanitária: em tempos de crise, cidades-irmãs podem apoiar-se mutuamente. Isso pode incluir assistência em situações de desastres naturais, crises humanitárias ou outras emergências, através do envio de recursos, ajuda técnica e suporte emocional. -----

7. Desenvolvimento de Políticas Públicas: as geminações permitem que as cidades compartilhem experiências na formulação e implementação de políticas públicas eficazes. Isso pode incluir áreas como saúde pública, educação, habitação e segurança, onde estes territórios podem trocar conhecimentos e boas práticas. Estas finalidades mostram como as geminações entre cidades podem ser benéficas em múltiplos aspetos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e cooperativo entre diferentes regiões do mundo. Ora, se verificarmos as geminações existentes entre a nossa autarquia e as já protocoladas com cidades e territórios por esse mundo fora, não verificamos que

existam a maior parte das indicações que referimos antes como sendo as mais importantes. Pelo contrário, com a maioria delas apenas existe o papel onde tal geminação se regista, não se materializando qualquer outra ação que deveria acontecer amiúde e não apenas por altura da oficialização da geminação ou nos primeiros tempos da sua criação, ficando depois esquecida no tempo. Afigura-se-nos que também nesta proposta do executivo que governa, que julgamos pouco fundamentada e em que não conhecemos na totalidade de quem parte o interesse, pois nada sabemos da posição assumida pela outra parte interessada, pois do que o que nos é informado na proposta, que é pouco, nada nos indica ou garante que o pedido tenha sido devidamente aprovado pelos órgãos competentes de tal autarquia. Há aqui uma clara falta de elementos para se poder decidir assunto tão importante. Mas deste executivo, que age por impulso, já vimos de tudo. Ponderação e critério precisam-se com urgência! Assim sendo, apenas conhecemos uma parte da informação, que, aliás, tal como na última proposta de geminação com uma outra cidade brasileira apenas garantiu até agora umas quantas viagens para alguns eleitos do executivo, com o alto patrocínio da população local que as paga, ou ajuda a pagar”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que foi apresentado de uma forma genérica aquilo que são os motivos que levam a geminar com determinada cidade ou com determinado estado. Que, no caso concreto, que se encontram a geminar com Jaguaruna, onde se encontra o local da onda gigante do Brasil, alargando-se a todo o estado de Santa Catarina. Que no dia 13 de julho, esteve na Nazaré uma delegação do Governo de Santa Catarina, com uma comitiva chefiada pelo governador Dr. Jorge de Mello, em que já cá tinha estado uma delegação em maio de 2023, e que em 3 de setembro, esteve cá o perfeito de Santa Catarina a promover a candidatura do local. Que, será dar resposta àquilo que será a projeção da Nazaré, e que têm recusado imensas e aceitado aquelas que darão alguma projeção. Que, no próximo fim de semana irão estar quatro atletas da Nazaré (2 masculinos e 2 femininos) a correr em Nugent Sur Marne, resultado da interação que existe entre as duas cidades, para disputar uma prova no dia 29. -----

Aprovada por maioria com 20 votos a favor e 4 abstenções. -----

11. PROPOSTA DE GEMINAÇÃO COM RAZURI CIDADE LOCALIZADA NA PROVÍNCIA DE ASCOPE, FAZENDO PARTE DO DEPARTAMENTO DE LA LIBERTAD, NO NORTE DO PERÚ (Apreciação e votação)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal, que disse que, antes de começar a intervenção sobre o ponto, fez referência ao intercâmbio de desporto, referido pelo Senhor Presidente de Câmara, e que já teve oportunidade de dizer em Conselho Municipal de Cultura, que também seria bom que as entidades culturais pudessem usufruir dessas geminações, que seria um dos objetivos, tal como acontece com a Big Band da Nazaré. Que seria bom que o Gabinete de Eventos ou do Departamento de Cultura, fornecesse esses contactos das cidades geminadas para poderem fomentar o

intercâmbio cultural e social e não só para uma entidade em concreto, ou só para o desporto. -----

“Mais uma geminação... -----

Mais um processo iniciado pelo anterior presidente e corroborado pelo atual. Aquilo que sempre dissemos é o seguinte: Geminações para quê e para quem? A quem serve este tipo de iniciativas? Temos visto muito pouco sumo deste tipo de iniciativas. Apenas viagens intermináveis feitas por alguns elementos do executivo que, por sinal, raramente apresentaram relatórios dessas viagens e quais os objetivos concretos dessas visitas, planos de trabalho e concretização dos mesmos. Aliás, a Assembleia Municipal não mais é informada das ações que resultam das geminações. Este executivo continua empenhado em apagar séculos de história, privilegiando uma certa economia política ligada ao Surf, que conta um impacto local com pouco mais de 15 anos. Curiosamente, as similitudes com Razuri, no Perú, são algumas, designadamente com o sector fundacional desta nossa comunidade – o sector primário, a pesca profissional! No entanto, o que é que se coloca mais uma vez à cabeça do argumentário – a promoção das “potencialidades do turismo desportivo.... Através de competições de surf! E depois ainda vêm falar de turismo sustentável! Porque é que não se coloca à cabeça o intercâmbio de práticas e experiências no sector da pesca entre as duas comunidades? Se é o sector que mais agrega força de trabalho e conseqüentemente produção de riqueza, porque é que este não é o foco principal. Porque é que continuamos a privilegiar um sector em detrimento de todos os outros? Ainda é preciso atrair mais turismo? Mais turismo sem regras? Mais turismo que contribua para a degradação do nosso património ambiental, natural e edificado? Mais turismo que faça explodir o preço das casas? Que promova uma política de salários baixos, precariedade, de promoção de poluição visual e sonora em larga escala? Mais turismo para pressionar os territórios em termos de construção desenfreada? Mais turismo que faça rebentar as infraestruturas de abastecimentos públicos de água ou de drenagem de esgotos? Num tempo em que tantas, e cada vez mais, vozes se levantam a denunciar a elevada complexidade e os efeitos nefastos para as populações e territórios provocados pelo turismo de massas, o executivo do PS não se cansa de o promover! É caso para perguntar: quando é que isto pára? É caso para perguntar: em que dicionário foram consultar o significado de sustentabilidade”. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, disse que, esses tipos de encontros não são unilaterais e que estarão sempre disponíveis para trocar com as restantes cidades que geminam com a Nazaré e que a têm conhecimento que a ACISN acaba por protocolar com Niterói, cidade com quem também se encontram geminados. Que, na cidade do Peru, têm em comum o setor das pescas, servindo de ponto de ligação. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, disse que, só nos últimos seis meses, tiveram na Nazaré, o governador do Estado de Santa Catarina, a comitiva de Jaguaruna, representantes de Nugent Sur Marne, de Lanzarote – questionou porque

razão não estiveram noutras praias? Que, são essas cidades que vêm à procura de geminar com a Nazaré.

Sendo zero horas, o Senhor Presidente, colocou à consideração da Assembleia Municipal, a continuação dos trabalhos, sendo aprovada por unanimidade a sua continuidade. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Samuel Fialho**, que também pensam na precaridade do emprego, do modelo turístico que implementaram! Fez referência aos casais jovens que têm de sair da Nazaré, nomeadamente Alcobaça, Leiria, Marinha Grande, e que pode apresentar um gráfico, que mostra as diferentes médias, do preço das casas, desde 2003 até agora. Que, isso, será uma responsabilidade do executivo PS. Que, referiu, em certa medida, serão dores de “falecimento” e não de crescimento – de uma comunidade, uma cultura, uma raiz histórica, social, que irá acabar! -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, para dizer que, as chamadas dores de crescimento, têm vários fatores: que aceita a perspetiva da CDU, e que será tudo discutível. Que, a Nazaré se encontra hoje, noutra patamar que não se encontrava em 2013.

Aprovada por maioria com 20 votos a favor e 4 abstenções. -----

12. **SÍNTESE DE AVALIAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – ANO 2023** (Para conhecimento) -----

- **Interveio o Senhor Deputado Samuel Fialho:**

“Tendo em conta a leitura dos documentos recebidos, registamos com agrado que todas as Juntas de Freguesia cumpriram os parâmetros dos seus contratos. Registamos ainda, que a única Junta de Freguesia que cumpriu escrupulosamente os prazos protocolados para entrega dos relatórios semestrais, que devem ser entregues por todas as Juntas de 6 em 6 meses, e não referentes ao ano completo a meio do ano seguinte, essa foi a Junta de Freguesia de Valado dos Frades. Julgamos que é importante que se registe este facto, até porque, mesmo com as dificuldades colocadas, formam os únicos que conseguiram cumprir essa obrigação perante a câmara municipal”. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

13. **LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** (Para conhecimento) -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

14. **CONTRATO PROGRAMA CARSURF – ANO 2023 – ANÁLISE AO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS E INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA** (Para conhecimento)

- *Usou da palavra a Senhora Vereadora Tânia Gandaio, disse que a bancada do PSD fez em 2022 um pedido, sobre a taxa de ocupação do espaço do Car Surf, sobre a estadia dos atletas, os valores pagos, número dos trabalhadores afetos ao local e quais as despesas afetas ao mesmo em salários e em horas extraordinárias. Que, constataram à data, e que gostariam de uma atualização do documento, de forma a perceberem os valores espelhados no mapa. Que, de 2016 até 2022, os valores foram gradualmente aumentando.* -----

- *Usou da palavra o Senhor Vereador Salvador Formiga, para dizer que há data de 2023, não se encontrava na Nazaré Qualifica, e que naturalmente acredita que os custos do aumento com o pessoal, terá a ver com o aumento dos ordenados, que acontece todos os anos, fruto do aumento do ordenado mínimo. Solicitou à Senhora Deputada que fizesse chegar essa questão por escrito, para poder reunir toda a informação de forma mais fidedigna e de lhe fazer chegar essa resposta. **Interveio a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer, que a questão se prendia com o nível de lucro, nomeadamente no ano de 2016, do valor de 12 mil euros pelas estadias, e de despesas no Car Surf com funcionários ao nível dos 304 mil euros. Em 2021, 49 mil euros de valores pagos, e 164 mil de despesa efetiva. Depois da análise do relatório verifica-se que existe um prejuízo efetivo e que gostaria de saber se a situação foi invertida.* -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e dezasseis minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
